

CONSTRUINDO O MOVIMENTO ESTUDANTIL CLASSISTA E COMBATIVO



TESES DE CONSTRUÇÃO 2008-2010



SUMÁRIO

Prefácio **Pg. 5**

Tese ao I Congresso da Conlutas *3 a 6 de julho de 2008, Betim-MG.*

Introdução **Pg. 7**

1. Considerações breves sobre a conjuntura **Pg. 7**

2. Implicações políticas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil **Pg. 8**

3. Um breve olhar sobre a luta estudantil **Pg. 9**

4. As propostas para a construção do movimento estudantil combativo, classista e independente **Pg. 12**

Tese ao Congresso Nacional de Estudantes *11 a 14 de junho de 2009, Rio de Janeiro-RJ.*

Introdução **Pg. 14**

1. Concepção: Educação e Luta de Classes no Brasil **Pg. 14**

1.1 Movimento Estudantil, Estrutura de Classes e Luta de Classes **Pg. 14**

1.2 Estudantes nas Universidades: Formação de mão-de-obra barata e subserviente **Pg. 15**

1.3 O avanço do Neoliberalismo no ensino médio e fundamental **Pg. 17**

1.4 Ofensiva do Capital e a Superexploração da Juventude **Pg. 18**

2. Programa e Organização **Pg. 19**

2.1 Um programa classista: nem ENEM, nem Vestibular: Livre-Acesso Já! **Pg. 19**

2.2 Reorganização pela Base: democracia, ação direta e unidade com a luta dos trabalhadores **Pg. 19**

**Tese ao II Congresso da Conlutas e ao
Congresso da Classe Trabalhadora**
3 a 6 de junho de 2010, Santos-SP.

Introdução	Pg. 21
1. Estrutura e dinâmica do capitalismo contemporâneo: a conjuntura internacional	Pg. 22
2. Conjuntura Nacional: cenários estratégicos da luta de classes no Brasil e perspectivas para os próximos anos	Pg. 24
3. O projeto de construção de uma central de classe: as contradições em meio à reestruturação do capitalismo (Concepção, estrutura, estratégia e programa)	Pg. 26
3.1 A degeneração da CUT e das centrais oficialistas/condições objetivas e subjetivas	Pg. 26
3.2 A formação da CONLUTAS: os zigzagues políticos e erros táticos	Pg. 26
3.3 Uma central de novo tipo e sua política de construção	Pg. 30

Tese ao Congresso de Estudantes da UFC
26 a 29 de agosto de 2010, Fortaleza-CE.

1. Introdução	Pg. 31
2. A atual fase do capitalismo e o modelo de super-exploração ultramonopolista: neoliberalismo e toyotismo	Pg. 32
3. A Era Lula/PT: transição pacífica dos movimentos sociais para a esfera do governo	Pg. 33
4. Governo Cid/PSB: tratando as questões sociais como caso de polícia	Pg. 34
5. Governo Luiziane/PT: a realidade da luta de classes e a farsa da Fortaleza Bela	Pg. 35
6. Campanha Não vote! Lute!	Pg. 36
7. Os limites da oposição para-governista: a Anel e seu parlamentarismo estudantil	Pg. 36
8. Diante do governismo da CUT/UNE e da liquidação da Conlutas: Construir um movimento nacional de oposição sindical, popular e estudantil	Pg. 37
9. Bandeiras de luta	Pg. 37

PREFÁCIO

Por Rede Estudantil Classista e Combativa

Essa compilação de teses é uma iniciativa da RECC visando dar subsídio para as discussões e formação de base. É também produto teórico do acúmulo de sua prática militante no Movimento Estudantil desde uma perspectiva classista e combativo.

As teses foram produzidas entre 2008 e 2010 para congressos sindicais e estudantis nos marcos do segundo mandato do governo Lula/PT, onde o governismo já estava consolidado no movimento de massas da cidade e do campo, barrando a ação da classe trabalhadora. Essas teses refletem os desafios da luta de classes num momento específico de seu desenvolvimento histórico no Brasil, o do combate ao governismo que age como elemento complementar e potencializador da exploração da classe trabalhadora ao fazer refém dos interesses do capital e do Estado as entidades e organizações de luta do povo. Nesse contexto, as teses refletem bastante sobre os caminhos trilhados pela alternativa mais amadurecida que saiu do processo de reorganização do movimento de massas, a Conlutas. Essa reflexão é baseada na própria militância exercida durante esse período no interior do anti-governismo, que naquele momento, apesar de todas as vacilações políticas de seu setor majoritário (PSTU/PSOL), se mostrava mais cristalizado na Conlutas.

Assim, temos teses que partem de uma análise da Conlutas e da extinta Conlute como a *"Tese ao Congresso da Conlutas"* de 2008 da Oposição Estudantil Classista, Combativa e Independente ao DCE-UNB, passando pelo momento de criação da RECC em 2009 em oposição a ANEL e a UNE com a tese *"Construir o Movimento Estudantil Classista e Combativo"*, assinada pela Oposição CCI ao DCE-UNB e a Ação Direta Estudantil do Rio de Janeiro. Refletindo também sobre os desafios do ME local temos a tese da *"Oposição Classista e Combativa ao VI Congresso de estudantes da UFC"* e por último a tese ao CONCLAT *"Em Defesa de uma Central de Classe"* que aborda a bandeira organizativa e estratégica para a luta de classes que é a construção de uma Central sindical, popular e estudantil que congregue os diversos setores da classe na luta contra o capitalismo.

As teses partem do contexto histórico de reorganização do movimento de massas no Brasil (2004-2010) a partir das rupturas com a CUT e a UNE, da criação da Conlutas e de sua liquidação com a formação da ANEL e da CSP-Conlutas e da necessidade objetiva de se forjar na luta uma nova ferramenta proletária para a ação e organização da classe trabalhadora em busca de seus interesses materiais e políticos.

O objetivo desse material é que possamos, a partir da análise e da luta, avançar teoricamente e na prática rumo a construção de um movimento de massas anti-governista e anti-conciliador que lute pelos interesses do proletariado.

Só a luta Combativa e Anti-governista nos levará à vitória!

AVANTE A REDE ESTUDANTIL CLASSISTA E COMBATIVA!

Tese apresentada ao I Congresso da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), ocorrido nos dias 3 a 6 de julho de 2008, na cidade de Betim-MG.

EM DEFESA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL COMBATIVO, CLASSISTA E INDEPENDENTE

Por Oposição Estudantil Combativa Classista e Independente ao DCE- UnB (DF).

“... as noites cegas são poderosas, mas nós, nós somos a sua paciência”

Victor Serge,
Memórias de um revolucionário.

Introdução

A tese aqui apresentada busca contribuir minimamente para o processo de luta estudantil. Entendido desta forma é preciso dar a luta estudantil sua dimensão de classe. O sistema capitalista que separa, por meio da propriedade privada, a realidade em dois mundos, um de possuidores e outro de deserdados, é o principal agente da miséria social. É no conjunto das massas trabalhadoras é que se encontra todo potencial de justiça e mudança. Isso tem uma implicação muito clara aos estudantes proletários: cabe a eles a importante tarefa de dar as mãos aos trabalhadores do campo e da cidade para edificar suas vitórias específicas e conjuntas.

Para tal objetivo devemos lançar um olhar, ainda que precário, sobre os acontecimentos do mundo e do Brasil para nos armar para esta luta.

1. Considerações breves sobre a conjuntura

Vivemos em tempos de neoliberalismo, ou dito de outra forma, vivemos tempos de ascenso de acumulação dos capitalistas e de declínio de organização da classe. Colocado assim poderia parecer uma sentença de completo derrotismo, porém este não é o objetivo almejado aqui. A tarefa do movimento estudantil é se deparar com a realidade, a pior que seja, e se deparar com as insuficiências e debilidades de modo a superá-las. A análise do desenvolvimento do capitalismo ganha uma dimensão importante para a consolidação desta tarefa.

Após a crise do capital na década de 70 o capitalismo precisou se reorientar para se desenvolver, tendo em vista o esgotamento do fordismo-keynesiano. Assim, para superar a estagnação se observou uma reestruturação produtiva em rumo ao toyotismo no âmbito micro-econômico e uma guinada neoliberal no aspecto macro econômico.

A primeira é expressa na otimização do processo de super-exploração do trabalho e migração dos parques produtivos para setores do globo com mão de obra mais barata ampliando a taxa de lucro. Observa-se assim, o surgimento de um mercado de trabalho fragmentado em dois segmentos, sendo um deles possuidor algumas garantias remanescentes e outro sujeito à precarização, terceirização e todo tipo de artifício para possibilitar a acumulação de capital. Existe uma tendência em que este último seja o perfil padrão do proletariado nos países periféricos. Tal fragmentação não é estanque e conhece diversas matizações dentro do próprio setor inferior dito acima, lembrando que: como o toyotismo está vinculado a uma flexibilização da acumulação ele se conjugará também com formas de acumulação primária (trabalho semi-escravo etc).

A segunda característica dialeticamente vinculada é a orientação neoliberal que opera uma série de medidas para favorecer o liberalismo econômico. Dentre elas poderiam se destacar: flexibilização dos direitos trabalhistas, financeirização da economia, canalização da previdência e fundos de pensão para acumulação de capital, privatização de diversos segmentos de produção e

serviços, transformação das Universidades em espaço de ampliação do capital e qualificação de mão-de-obra superexplorada, ampliação da exploração tanto objetiva quanto relativa etc.

Assim, ambos os ajustes demonstram uma ligação entre o desenvolvimento da economia capitalista e as políticas que a sustentam considerando aqui a mudança de papel do Estado, que deixa de lado seu papel de “estado providência” dos países centrais no lugar de agente econômico (via mercado financeiro, via conjugação com o capital privado nacional e transnacional) e repressor das massas. O quadro acima configura uma nova Divisão Internacional do Trabalho onde as grandes corporações transnacionais têm importante papel.

2. Implicações políticas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil

No Brasil este processo pode ser observado desde a “abertura política” burguesa pós-ditadura civil-militar com a escalada de privatizações nas gestões Fernando Collor, FHC e com a continuidade de Lula. Porém, este último revela um papel político que é importante precisar. O fato de uma gestão de esquerda ter assumido o governo central do país revela uma necessidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Quer dizer, foi necessário um agente político que coordenasse os trabalhos de ajuste macroeconômico, expressos nas reformas neoliberais, de modo a garantir uma transição tranquila e sem grandes convulsões sociais ao liberalismo econômico. Deste modo, os espaços como a CMS (coordenação dos movimentos sociais) com a presença do MST, da CUT, paralisada pelo seu sindicalismo propositivo, de resultados, ao lado da União Nacional dos Estudantes tem a função de transformar os espaços de organização da classe em locais de colaboração de classe, em partícipes da política neoliberal.

Seria importante focar a análise a esta altura na UNE tendo em vista o norte estudantil almejado por esta tese. A UNE surge em 1937, no período do Estado Novo varguista, e teve uma presença inicial em campanhas nacional-desenvolvimentistas como “o petróleo é nosso”. Possuiu uma participação significativa da direita até 1956 e a participação da esquerda católica até o golpe civil-militar, ganhou caráter classista estando ao lado dos trabalhadores do campo e da cidade em 1964-1968 com participação de membros da VAR-Palmares e da ALN. Em 1968, a repressão militar invade o congresso de Ibiúna em Minas Gerais, seria o fim da UNE. Esta só vem a reaparecer em 1979 sendo hegemonizada pelo PT e PC do B. Este processo está ligado à ascensão de lutas com o início de um ciclo denominado “petista” marcado pelo surgimento do PT e da CUT. Este ciclo se destacou pela via reformista que os movimentos de massa tomaram. Creditava-se à democracia burguesa a sua luta política da classe, assim a disputa pelo governo central do país, nos marcos da eleição burguesa, assumia um papel estratégico.

Deste modo, fica claro o papel da UNE no após a vitória de Lula: se pode ser vista uma aliança clara entre as burocracias sindicais com o imperialismo internacional para efetivar a reestruturação produtiva numa via, a UNE ocupa um papel similar no que tange a seu apoio à Reforma Universitária. Tal sintoma só pode atestar que o destino final do reformismo e a colaboração de classes é a posição contra-revolucionária, sendo um executor de tarefas do liberalismo econômico e do imperialismo. Quer dizer, a burocracia da UNE manifesta em seus parlamentares estudantis e prática legalista, agora em defesa do governo Lula, é seu estágio mais acabado de desenvolvimento. De modo sintético: a UNE e sua burocracia de parlamentares estudantis é uma tropa avançada em defesa do governo Lula e sua reforma universitária.

A caracterização da reforma universitária já foi mencionada levemente mais acima. De modo breve, podemos acrescentar aqui tudo o que já foi e vem sendo denunciado nas bases estudantis pela Oposição estudantil C.C.I. ao DCE-UNB:

A Educação Superior tem sido duramente atacada recentemente em todo país.(...) A chamada reforma Universitária está situada como o centro deste processo de ataque realizando a privatização das Universidades públicas. A lógica desta reforma possui uma dinâmica ainda cruel porque se apresenta de modo pouco claro para o estudando por seu caráter fragmentário, quer dizer, por se operar em diversos decretos de lei, medidas provisórias etc. Todas estas possuem um sentido em comum de transformar as IES (instituições de ensino

superior) em espaços de apropriação capitalista, quer dizer de ampliação do lucro da classe burguesa, os proprietários.

Este é o sentido de medidas como o PROUNI, que transfere as riquezas dos trabalhadores aos empresários das faculdades privadas, da lei de INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, que transforma a universidade em espaço de reprodução de conhecimento e tecnologia para empresas, do SINAES (Sistema Nacional de avaliação do Ensino Superior), que além de estabelecer uma dinâmica concorrencial para os recursos financeiros da Universidade retira a avaliação destas das mãos dos trabalhadores, o projeto de lei 7200/06.

Além de diversas etapas já aprovadas desta reforma universitária existe ainda os processo de ataque mais imediatos como o REUNI/Universidade Nova, que restabelece a arquitetura curricular das universidades de modo a precarizá-la com a ampliação dos números de alunos por professor (1/18, 1 professor para dezoito alunos), e com uma dinâmica de cursos que transfere a dinâmica de concorrência capitalista para a formação universitária com diferentes perfis de estudante (diferentes ciclos de formação). É importante lembrar que o REUNI é um decreto presidencial (de número 6096) que objetivo ampliar ao número de aprovação sem, no entanto, arcar com ampliação do orçamento e a contratação de professores. Leva também a descaracterização da pesquisa, ensino e extensão da universidade. [1]

Exposto de forma muito sumária o conteúdo da Reforma Universitária de Lula, cabe agora entender a organização estudantil neste processo.

3. Um breve olhar sobre a luta estudantil

Em primeiro lugar, a luta estudantil não pode ser observada descolada do conjunto da classe, por conta disso sempre são possíveis alusões às lutas dos trabalhadores.

Em segundo lugar, se torna necessário ressaltar o papel positivo que o surgimento da Conlutas teve, e a Conlute paralelamente, em 2004 para a organização dos trabalhadores. A burocratização e o modelo organizativo das entidades da CMS são um entrave para a luta da classe, assim como cabia aos trabalhadores e estudantes desgastar o governismo separando politicamente o proletariado da burguesia para que existisse a possibilidade de contra-ofensiva diante das reformas neoliberais. Sendo também uma iniciativa efetuada pelo PSTU a Conlute surge de modo similar ao apresentar que para se combater a Reforma Universitária de Lula era necessário combater a UNE.

Ao que indica estas iniciativas tinham como convergência que era necessária uma reorganização da classe para dar um novo norte para a luta, a perspectiva de uma central de classe que abrigasse estudantes, movimentos populares e sindicatos somava-se a isso. Apontado desta maneira, uma iniciativa correta se mostrou envolta de uma série de contradições manifestas nas políticas orientadas pelo seu campo majoritário, PSTU e correntes do PSOL. Quer dizer, não tardou ao oportunismo do PSTU guinar cada vez mais a direita a Conlutas.

Um olhar focado nas atividades da Conlutas e da Conlute no ano de 2007 pode dar boas pistas do destino possível da Conlutas e das características constitutivas das forças políticas de seu campo majoritário.

Tudo se iniciou com a suposta necessidade de se apelar para uma frente com setores como Intersindical, com o intuito de formar um fórum de mobilizações contra as reformas, buscar ações conjuntas com o MST etc. A frente foi editada no campo estudantil com a Frente de Luta Contra a Reforma Universitária (surgida no fim de 2006). Ambas as iniciativas celebravam acordos pelo alto desenraizados da base.

O episódio patético da Plenária Nacional Contra a Reforma Universitária em Defesa da Educação é algo que deve ser precisar. Além de ser uma vitrine para o PSTU com parte de um de seus dias consumidos na palestra de Valério Arcary, que deveria em tese servir para debates de GD, a plenária simplesmente celebrou por meio da “aclamação” um acordo pré-acordado de correntes em defesa do frentismo entre a Conlute e a FOE-UNE (frente de oposição de esquerda da UNE, impulsionada pelo PSOL). A dita “aclamação” foi um ingrediente importante complementado pela

imposição do impossível consenso nos gds. O curioso foi observar que os setores que queriam democratizar o debate demandando a eleição de delegados estudantis nas bases não foi atendida. Ao perguntar aos mesários, do PSTU e PSOL respectivamente, sobre o encaminhamento destas propostas estes responderam que “*se as propostas fossem consenso seriam encaminhadas à plenária*”. Logicamente, a mesa que “avaliaria os pontos consensuais” era do PSTU-CONLUTE e PSOL -FOE UNE. Ridículo.

A dimensão desta política levou claramente a uma gradual descaracterização da Conlutas o que fez com que ela celebrasse, tragicamente, frentismo até mesmo com a CUT, sendo este acordado na prática e no documento “Convocatória da Jornada de Lutas do dia 23 de maio”. Tal fato não passou despercebido, gerando denúncias, como mostra o documento:

A incoerência com a deliberação do CONAT é evidente e flagrante e ela sofreu ainda com o agravante de contrariar a ruptura objetiva efetivada pela CONLUTAS com a CUT, efetivou uma política rebaixada e reboquista. Tristes menções sobre o destoamento da CUT frente ao “movimento unitário” ou sobre como a CUT começou a “roer a corda” após o acordo do dia 23 escondem na verdade um claro oportunismo que falseia a discussão diante dos acordos cupulistas efetivados pelo campo majoritário da CONLUTAS (...) O conteúdo do texto se cala diante do papel do governo Lula de aspecto neoliberal ao substituir pela expressão mais amena “governo federal” e as “reformas que tiram direitos”. [2]

A dinâmica se acirrou ainda mais na luta estudantil se for observado o chamado do representante da Conlute na mesa da supracitada plenária direcionado a FOE-UNE com intuito de “discutir uma alternativa unitária estudantil”. Pela caracterização do evento isto pareceu soar como uma dissolução da Conlute, tendo em vista sua dinâmica forçosamente “consensual”.

Tal quadro ganhou maior dimensão no “chamado à construção de uma nova entidade estudantil” ocorrido na EXNEL (executiva nacional de letras), realizado nos dias 15 a 22 de Julho de 2007 em Curitiba. Curiosamente, ele também foi aprovado por “aclamação”, e a desistência da Conlute na prática se fazia evidente tendo em conta que ela deveria, em tese, ser a “nova entidade” [3]. Intuitivamente este fato somado à política frentista com a para-governista Intersindical [4] delineava uma liquidação da Conlutas, que se expressou prematuramente na liquidação da Conlute. Quer dizer, existe um paralelismo manifesto em ambos os processos. De modo mais sintético: o chamado à “nova entidade estudantil” é a forma mais acabada do frentismo com os setores para-governistas, surgindo como uma espécie de “ensaio” para liquidação da Conlutas, dá assim o prenúncio do destino final da aproximação com a Intersindical.

A questão aqui parece orbitar numa diferença de grau existente na dissolução quase imediata na frente Conlute FOE -UNE e na gradual dissolução da Conlutas na Frente com a Intersindical. Existe a possibilidade de que isso tenha se dado em função de uma degeneração mais acelerada do movimento estudantil. De todo modo, a resistência a uma possível fusão com a Intersindical[5] foi mais notória. [6]

Diante deste quadro, cabe agora comprovar o impacto negativo desta política sobre a experiência coletiva do estudantado no processo de lutas do segundo semestre de 2007.

O ponto nevrálgico neste período pode ser explicitado na ocupação da USP, durando 51 dias ela serviu como exemplo para cerca de outras 20 ocupações para o país. Desencadeada pela luta contra os decretos do governo Serra que atentavam contra a “autonomia universitária” ela demonstrou uma presença espontânea do estudantado. O ponto curioso aqui foi como a burocracia parlamentar estudantil ficou totalmente a reboque do movimento. A ocupação enunciou assim um potencial de mobilização e radicalização para além de toda a decadente cúpula de reformistas.

Porém, esta mesma casta de pequenos burocratas estudantis, de crachás e de intenções, desde o início tentou refrear a ampliação das pautas reivindicativas. Quer dizer, reter a mobilização ao corporativismo de modo a perder seu conteúdo de classe.

Não somente os conhecidos governistas cumpriram este papel como também a já mencionada Frente de Luta Contra a Reforma Universitária. Esta teria se posicionado contra as mobilizações após seis assembleias consecutivas, apoiando-as somente na plenária nacional de 16

de junho de 2007. Porém, esta guinada logo revelou sua verdadeira intencionalidade quando em nome da suposta “unidade” se uniram aos governistas da CMS se incluindo no calendário da UNE.

O 50º dia (21/06/2007) foi trágico por ser o dobrar de sinos da ocupação, onde estudantes do PSOL-FOE UNE, PSTU/CONLUTE e LER-QI defenderam a proposta de acabar com a ocupação. E o saldo final foi ainda pior porque isso se deu em plena ampliação das ocupações da UNICAMP e da UNESP, tendo esta última sofrido repressão da tropa de choque em Araraquara. Além de não garantir a defesa dos manifestantes da USP, que são perseguidos pela repressão burguesa posteriormente, representaram uma derrota da ocupação. Tal constatação nos leva a algumas conclusões necessárias.

A primeira demonstra a falta de uma linha política que consiga canalizar os traços mais legítimos da luta e a energia dos estudantes para a sua reorganização coletiva. A segunda demonstra a implicação prática da política frentista que estendeu sua política liquidacionista à ocupação levando esta a derrota. Quer dizer, a capitulação ao governismo e para-governismo em nome da “unidade” fez com que os setores da dita “Frente” abdicassem da luta objetiva revelando toda sua fraseologia oca.

Mais uma vez o PSTU tentou falsificar a realidade transformando derrotas em vitórias ao afirmar que a ocupação teria sido “vitoriosa”. Pateticamente, a frente cumpriu um papel débil na etapa posterior em agosto de 2007 na luta contra o REUNI se limitando a decadentes plebiscitos e tentativas inócuas a reboque dos conselhos universitários. A debilidade da frente se tornou evidente quando neste período passou a colocar em destaque a disputa por crachás nas eleições dos DCE’s de universidades federais, como se deu na UNB. Tal fato foi claramente elucidado pela Oposição C.C.I:

O REUNI , decreto nº 6096/07, tem encontrado a resistência em diversas universidades federais no país por conta de seu caráter anti-popular. Na universidade de Brasília porém, nem mesmo isso tem se dado, a luta encontra seu entrave diante dos diversos partidos reformistas presentes no movimento estudantil. Dentre eles as frações mais claramente governistas (os já conhecidos UJS/PCdoB e PT) e também os setores para-governistas (como PSTU e PSOL).

Após alardear aos quatro ventos que quem não apoiava a chapa 2 (atual direção do DCE da UNB) estaria “traíndo a luta contra o REUNI” (sic) os partidos reformistas demonstram: 1) como não se faz a luta contra as reformas neoliberais; 2) que toda os motes de ordem contra o REUNI advindos de tais forças políticas não passam de mera fraseologia oca. Composta atualmente pela chapa recém vencedora “Nada será como antes” (CONLUTE/PSTU, FOE-UNE/PSOL e independentes) ainda como chapa mobilizou o estudantado e legitimou com os seus Rds (representantes discentes) o espaço democrático-burguês do CONSUNI que deliberou a adesão ao REUNI. Tal medida criou um sério obstáculo para uma ação direta com vistas a ocupar a reitoria considerando que para tal seria necessário se valer do fato político de renegar o CONSUNI, que é claramente anti-popular, assim como os estudantes das demais universidades o fizeram. [7]

A Oposição C.C.I. alertou também para implicações negativas que esta dinâmica tomou ao abrir margem para os setores governistas:

Tal atitude não só criou este entrave como abriu margem para ampliar a voz da ala governista do estudantado que tem defendido que “já que a adesão do REUNI já foi efetivada” os estudantes deveriam “disputar o REUNI” sendo que ele conteria “pautas históricas”(sic) ou “elementos positivos” (sic). O conteúdo falacioso destas defesas apenas revela o desdobramento lógico de que o “governo Lula está em disputa”(sic) . Lamentável para a luta, lamentável para o estudantado.[8]

Em fim, sintomas correlatos advindos da debilidade do parlamentarismo estudantil, o que reafirma a crítica da necessidade de sua superação. A luta contra o REUNI não obteve o

desempenho positivo que deveria ter por conta: 1) do amordaçamento da CUT sobre a greve dos servidores públicos federais, que poderiam contribuir pra o acúmulo de força significativo; 2) a incapacidade do ANDES ter conseguido mobilizar um greve de docentes, revelando o sindicalismo limitado presente no campo majoritário da Conlutas; 3) a traição da ocupação da USP somada às implicações do frentismo com a burocracia estudantil. Assim, as ocupações de universidades federais não chegaram a seu completo desenvolvimento pra barrar globalmente o REUNI.

4. As propostas para a construção do movimento estudantil combativo, classista e independente.

Após estas considerações a respeito da experiência coletiva do estudantado devemos levar em conta suas conclusões para reorganizar o conjunto do movimento, este é o ponto central desta tese.

O movimento estudantil deve superar a burocracia estudantil e construir um movimento de metodologia combativa, privilegiando a ação direta, de caráter classista, que dizer, se fazendo classe ao lado dos trabalhadores do campo e da cidade. Ele deve ser independente dos acordos cupulistas dos partidos reformistas e se utilizar da democracia direta estudantil.

No intuito de qualificar melhor estas contribuições seguem abaixo uma série de resoluções que se apresentam congruentes com a concepção de luta da Oposição C.C.I.:

- 1) organizar oposições estudantis de luta tendo em vista que elas devem ser os embriões para a reorganização do movimento, estando articuladas às oposições sindicais e populares;
- 2) a reorganização da luta deve ser pautada pela democracia estudantil direta, entendendo esta como o direcionamento de poder às assembleias estudantis, com mandatos revogáveis e imperativos para cargos de direções e delegações de entidades como Da's, Ca's grêmios, DCE's e uniões regionais. Articular coordenações entre os diversos cursos, campi, entidades, comissões de base etc. Ter independência financeira dos governos e padrões sustentada pela solidariedade de estudantes e trabalhadores. Garantir continuidade independente das correntes que impulsionem as entidades;
- 3) utilizar os métodos combativos, tendo claro que estes devem ser ações diretas de massas como greves estudantis, boicote de provas, barricadas, bloqueios de rua, piquetes, sabotagens, ocupações etc.
- 4) para tornar a unidade com os trabalhadores mais concreta é preciso: fixar a bandeira "contra a reforma universitária do governo Lula/PT" como polo de aglutinação, constituir comissões de relação operário-camponesas- estudantis, disputar com as direções pelegas o apoio na luta contra o governo;
- 5) tal articulação não será efetivada pela suposta "nova entidade" advinda do frentismo com os para-governistas e governistas. É necessária uma central de classe e sua proposta já existe: é a Conlutas, só resta a ela superar sua liquidação impedindo a fusão com a Intersindical, bem como a vinculação estudantil direta a ela superando a já para-governista Conlute (auto-dissolvida na malfadada frente);
- 6) enraizar os estudantes da Conlutas em encontros nacionais de oposições e entidades de base combativas para nacionalizar o movimento contra a UNE.

É salutar acrescentar a estas propostas organizativas elementos que auxiliem na construção de uma pauta reivindicativa estudantil para mobilização do conjunto dos estudantes:

- 7) passe-livre estudantil sem restrições contra a máfia dos transportes, o transporte é imprescindível para uma formação de qualidade,
- 8) aumento do número de professores com dedicação exclusiva, pela realização imediata de concursos, contra a precarização dos trabalhadores docentes (estes devem receber uma remuneração digna);

- 9) pelo fim do vestibular e a barreira aos oriundos da classe trabalhadora que ela representa, pois ele é uma farsa para engrenar a indústria de conhecimentos inúteis dos pré-vestibulares requintados e as grandes escolas privadas, acentuando assim o elitismo no ensino superior;
- 10) pela dissolução dos conselhos universitários em favor do voto universal em todas as instâncias deliberativas com participação dos estudantes e trabalhadores;
- 11) em defesa de uma verdadeira assistência estudantil como uma moradia estudantil de qualidade, tarifa zero nos restaurantes universitários etc;
- 12) pelo fim das funções de direito privado, ditas de “apoio”, estas só servem à burguesia para ampliar a acumulação e reprodução de capital às custas das universidades;
- 13) pelo fim da privatização do ensino superior: tarifa zero para as mensalidades das universidades particulares;
- 14) contra a perseguição aos inadimplentes das universidades privadas;

Por fim, somada a estas pautas e as concepções organizativas o estudantado deve ter a ciência de que para ser consequente na luta contras as reformas neoliberais deve buscar em cada pauta específica o acúmulo de forças necessário para unificá-las às lutas gerais dos estudantes e trabalhadores. Deste modo, estas devem servir de ensaio para uma greve geral de massas, esta tem papel capital para a consolidação de uma contra-ofensiva dos trabalhadores.

Espera-se que esta tese ajude de algum modo a luta estudantil, pois não devemos esmorecer mesmo diante de erros e capitulações tão graves.

Avante a luta dos estudantes e trabalhadores!
Em defesa da central de classe, contra a liquidação da Conlutas!!
Avante oposições estudantis de luta!

[1] Boletim Oposição C.C.I., setembro de 2007.

[2] Desvios à direita do campo majoritário da Conlutas: dois passos atrás, um passo a frente, 05/06/2007.

[3] Como deixa claro o próprio PSTU: “(...) o que é a Frente, se não o embrião de uma nova entidade estudantil?” (Precisamos ou não de nova entidade estudantil?, Opinião Socialista edição 327 17a 20/02/2008).

[4] Não é necessário se gastar muitas linhas com a caracterização para, ou semi, governista da Intersindical por ela se situar “dentro e fora da CUT”. Sua ação auxiliou a guinar o movimento sindical popular mais a direita e freou o desligamento da CUT. A FOE-UNE, já mencionada aqui, parece um versão pormenorizada dela cumprindo papel semelhante.

[5] Esta pode ser percebida na resolução Nacional da CONLUTAS, 06/06/07: “Ao iniciar a preparação do Congresso, a Coordenação Nacional decidiu também lançar um novo chamado à unidade da esquerda que atua no movimento sindical e popular, em particular aos companheiros que se organizam na Intersindical, para a construção de uma alternativa única de organização para a luta dos trabalhadores brasileiros.(...) proposta de que construamos uma nova organização de trabalhadores, fruto da fusão da Conlutas com os demais setores.”

[6] Como é perceptível no texto “Unidade dos trabalhadores em luta ou ‘unidade’ com a burocracia sindical governista e os colaboracionistas contra a luta dos trabalhadores?”, direcionado reunião nacional da CONLUTAS de 5 e 6 de agosto.

[7] “Percalços da luta contra o REUNI na UNB”, Boletim da Oposição estudantil C.C.I. Nº3, dezembro de 2007.

[8] Idem

Tese apresentada ao Congresso Nacional de Estudantes, ocorrido nos dias 11 a 14 de junho de 2009, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

CONSTRUIR O MOVIMENTO ESTUDANTIL CLASSISTA E COMBATIVO

**Por Ação Direta Estudantil (RJ) e
Oposição Combativa Classista e Independente ao DCE-UnB (DF)**

Introdução

Apresentamos esta tese buscando contribuir minimamente para processo de luta estudantil. Faz-se necessário dar a luta estudantil sua dimensão de classe. O sistema capitalista que separa, através da propriedade privada, a realidade em mundos antagônicos, de um lado os possuidores e do outro os deserdados, e sendo este sistema o principal agente da miséria social, é contra esta hegemonia e seus defensores (os burgueses) que preparamos este documento, assim como na busca da organização da classe a qual fazemos parte, a classe trabalhadora, os deserdados. E no conjunto das massas trabalhadoras é que se encontra todo potencial de justiça e mudança. O rebatimento disso aos estudantes proletários é muito claro: cabe a eles a importante tarefa de dar as mãos aos trabalhadores do campo e da cidade para edificar suas vitórias específicas e conjuntas.

“Devemos partir para ação direta, ou seja, nós mesmos tomarmos parte na luta, sem esperar que outros resolvam nossos problemas. Através da ação direta, conseguiremos garantir nossos direitos hoje e um futuro melhor para o nosso povo amanhã.”

Quem

1. Concepção: Educação e Luta de Classes no Brasil

1.1 Movimento Estudantil, Estrutura de Classes e Luta de Classes

A organização do movimento estudantil no Brasil deve ser analisada de um ponto de vista de classe. Ou seja, devemos considerar a posição dos estudantes na estrutura de classes. E a partir disso fixar as tarefas de luta e organização.

Os estudantes são uma categoria social de transição. A condição de estudante implica a transição entre uma origem de classe herdada e sua inserção numa futura atividade ou processo de trabalho. A educação não garante mobilidade social ascendente expressiva, de maneira a mudar a condição de classe. Na realidade, na grande maioria dos casos, apenas possibilita pequenos ganhos de rendimento ou mudança de fração de classe (de atividades manuais para intelectuais, por exemplo).

Na grande maioria dos casos, as instituições de ensino apenas realizam uma reprodução direta da condição de classe original. Essa reprodução se realiza nas diferentes redes de ensino. E define também as demandas estruturais dos estudantes.

A diversificação das redes de ensino acompanha, parcialmente, sua função geral na reprodução social das classes. Uma das funções é a formação de mão-de-obra. Ou ainda, a mera

função dar lucro às empresas da educação ou reproduzir o serviço público, sem influir significativamente na inserção e posição social dos estudantes. Ou a função é a formação de quadros dirigentes do capitalismo.

Essa última função é restrita, cumprida por um número reduzido de instituições e cursos (como alguns cursos de Direito, Economia, Medicina, Engenharia e outros). Na grande maioria dos casos as escolas e universidades públicas e privadas formam trabalhadores assalariados, manuais e intelectuais, de maior ou menor qualificação. O futuro desses trabalhadores são os cargos assalariados. Apenas uma pequena parcela torna-se parte dos quadros dirigentes do capitalismo ou membros de uma aristocracia operária muito reduzida.

Dessa maneira, a principal contradição do sistema educacional brasileiro é uma contradição de classes. Isso se manifesta no elitismo e na precarização do sistema de ensino. O caráter de massas, ou seja, a composição de classe do público alvo é determinante para as condições materiais das instituições de ensino. A educação básica, por exemplo, mostra como a massificação foi acompanhada da precarização. No caso, como a rede básica massificada é a pública essa é a rede precarizada.

A lógica se inverte no ensino superior: a rede privada é que está se massificando e no geral ela apresenta condições inferiores de ensino. A rede pública superior ainda é restrita, marcada por um profundo elitismo, já que grande parte das vagas são ocupadas por alunos egressos da rede básica privada, exatamente, criando uma reserva de vagas para filhos de trabalhadores de categorias estruturadas, pequena e grande burguesia. E dentro das universidades, a maior ou menor precarização da condição dos cursos expressa sua função geral na formação de mão de obra ou de quadros dirigentes do capitalismo.

Os dados mostram isso. Em 2007, eram 4.880 milhões de estudantes matriculados no nível superior no Brasil. Apenas 1.240 estavam em universidades públicas, contra cerca de 3.600 alunos nas universidades privadas. Isso contrasta com os cerca de 8,5 milhões de estudantes que cursam o nível médio de ensino e que poderão ser futuros alunos do nível superior.

Dessa maneira *o sistema educacional brasileiro expressa também uma contradição de classe*. Os estudantes que tem acesso aos níveis básicos de ensino (são cerca de 53 milhões de estudantes na educação básica), na sua grande maioria estão na rede pública sob condições precarizadas. O elitismo é um traço dessa estrutura, uma vez que existe uma discriminação de classe que os exclui do acesso as melhores instituições da educação básica e superior. Essas condições de ensino praticamente determinam a inserção precária nas atividades de trabalho. **O sistema de ensino torna-se assim parte do processo geral.**

Nesse sentido, a tarefa principal do movimento estudantil combativo é colocar essa contradição de classe como seu foco de organização. **A luta contra a precarização e elitização do ensino é a luta contra a o processo geral de precarização e super-exploração do trabalho, do qual a educação é uma instância de reprodução.** É também uma luta pela melhoria geral das condições de vida da classe trabalhadora. O programa e bandeiras reivindicativas devem expressar essa concepção.

1.2 Estudantes nas Universidades: Formação de mão-de-obra barata e subserviente

Como dito acima, o “os estudantes são uma categoria social de transição.” Como instituição de reprodução da condição de classe a Universidade se transforma para atender os interesses do capital e do Estado. No atual modelo de acumulação do capital, baseado na liberalização financeira, comercial e produtiva necessita não só de uma legislação trabalhista flexível, como também de trabalhadores “pacíficos”. A Mundialização do Capital, que trouxe as novas formas de organização da produção e novas relações de trabalho - como a terceirização - também chegou à universidade.

O modelo de Reforma Universitária, baseado em “sugestões” de relatórios do Banco Mundial, e a nova lei de inovação tecnológica têm como intenção a transformação das universidades em empresas de prestação de serviços tecnológicos. Isso não é um dado isolado. A disputa do comércio internacional pelas grandes multinacionais, como NESTLE, KRAFT, NIKE, ADIDAS, FIAT, GM e COCA-COLA tem dois lados: a busca por mão de obra cada vez mais barata e a necessidade cada vez maior de investimento em tecnologia para desenvolvimento de novos produtos (Chesnais, 2001).

A Universidade Pública tem cumprido esses dois modelos, formando mão-de-obra qualificada para lecionar nas escolas e ocupar cargos nas empresas e estabelecendo parcerias com empresas no desenvolvimento de pesquisa. A UFF(Universidade Federal Fluminense) tem vários exemplos de parcerias firmadas com multinacionais como a PETROBRAS, que fechou com a universidade um acordo para construção de um prédio onde se desenvolverá pesquisa na área de inteligência artificial. A PETROBRAS tem vários acordos com outras multinacionais como a italiana Pirelli, que desenvolve aparelhos técnicos e eletrônicos para perfuração de poços em alto mar. As multinacionais procuram as Universidades e Centros de Pesquisa Públicos justamente para baratear os custos de pesquisas, encontrando em professores e estudantes uma reserva de mão de obra qualificada e barata.

O processo de privatização e disseminação da proposta político-ideológica liberal já ocorre dentro das universidades há algum tempo. Basta lembrar o caso das Fundações de direito privado como a Euclides da Cunha, na UFF, que capta recursos privados (como o acordo que foi fechado com a PETROBRAS) e possibilita cursos pagos de pós-graduação, coisa que a universidade, como instituição pública, não poderia fazer por conta própria.

O esquema das Fundações, que se espalham pelo país, é engenhoso. Ele promove uma espécie de lavagem de dinheiro, pois as fundações tornam possível o recebimento de capital privado oriundo dos MBA's e cursos *Latu Sensu* pagos, como acontece no curso de História da UFF, repassando algo em torno de 5% para universidade sob forma de doação, enquanto o restante enche o bolso de professores e alunos que preferem fazer dinheiro utilizando a estrutura pública mantida pelo povo trabalhador em vez de lutar pela melhoria e construção da Universidade Popular.

Existe ainda o acordo da Guarda Municipal e da Polícia Militar com o Núcleo Fluminense de Pesquisas (NUFEP), coordenado pelo Professor de Antropologia Roberto Kant de Lima, o mesmo que foi combatido nas manifestações estudantis de 2008, contra a criação do curso de segurança pública e social. O treinamento das forças de repressão de Niterói e do Estado do Rio é feito, em parte, dentro da universidade. E Parece que está “dando certo”. Essa mesma guarda municipal que aprimora seus métodos na universidade espanca camelôs e rouba os produtos apreendidos. A polícia militar, por sua vez, mata crianças no Morro do Estado, espanca trabalhadores em São Gonçalo e estudantes em greve nas universidades, assassina em Queimados e sequestra crianças em Vigário Geral. A universidade seria mais útil instrumentalizando as vítimas de todas essas formas de opressão do que camuflando a repressão policial com o discurso da capacitação.

As universidades públicas, construídas com trabalho usurpado do povo pelo Estado e pelas empresas, são direcionadas para a exploração dos trabalhadores. Pesquisas encomendadas por empresas têm o único interesse de maximizar lucros. A prática conservadora e reacionária de professores que se aceitam tais encomendas promovem a formação de trabalhadores subservientes à exploração, pois é no ambiente de transição que se inicia o processo de consentimento da dominação e exploração dos trabalhadores.

A necessidade de profissionais cada vez mais adaptados às relações de exploração e dominação é uma condição fundamental para o funcionamento do novo modo de acumulação do Capital. As universidades, através de seus dirigentes e parte dos professores, fazem isso muito bem; incentivam a formação de Empresas Juniores, em diversos cursos, seja na engenharia ou mesmo nas

ciências sociais. Sua ideologia é vendida como modelo de aplicação da Ciência aprendida em sala de aula.

Pela lógica empresarial, todo conhecimento produzido na Universidade tem como objetivo maximizar os lucros das empresas. Isso é feito através de acordos com multinacionais, cuja prática aumenta a opressão sobre o povo. Todo esse processo, que transforma a universidade numa empresa prestadora de serviços ao capital e formadora de mão de obra qualificada (no caso, barata e subserviente), é a cartilha para educação do Banco Mundial e do “mercado” (bancos, multinacionais, fundos de pensão, empresas de consultoria etc.).

Esse tipo de trabalho, ideologicamente afinado com a mundialização [1] do capital, é necessário para o Governo e para os acionistas das grandes multinacionais. O índice de desemprego crescente e a competição do Brasil com polos periféricos regionais, como o Leste Europeu, mostra a necessidade imediata de uma geração de trabalhadores dóceis ao sistema.

Infelizmente, os estudantes das universidades públicas brasileiras têm a doce ilusão de que seu futuro no mercado de trabalho está garantido. A ilusão de que todos serão grandes pesquisadores das universidades brasileiras ou altos executivos é apenas a propagação ideológica dos setores conservadores da universidade, que insistem em afirmar a neutralidade científica, elitizando cada vez mais os espaços universitários.

A ilusão vendida, que é muito antiga e ganha força hoje, é a de que através de uma boa qualificação, o que significa investir em mestrados e doutorados (em muitos casos pagos), torna-se possível alcançar o “estrelato”. A verdade é que apenas uma minoria ascende. A maioria dos estudantes será mão-de-obra qualificada e barata nas empresas públicas e privadas, escolas e universidades. E ainda aceitarão sua condição de explorados com naturalidade, afinal a própria universidade incentiva a lógica empresarial, adaptando currículos às necessidades dos agentes do mercado.

Na medicina, por exemplo, ideal de sucesso social, a maioria dos estudantes, oriunda da classe média e da burguesia, pouco se importa para situação dos Hospitais Públicos, ou para o desenvolvimento de uma Medicina Social Preventiva no Interior e nas periferias e favelas do país, preferindo abandonar a profissão a suprir a falta de médicos nesses locais. Na economia, vemos a eterna reprodução das teorias ortodoxas liberais.

O quadro real da relação formação-trabalho é bem claro e tem apenas duas preocupações: 1) a formação de profissionais tecnicamente qualificados e 2) a formação política dos novos trabalhadores dentro dos moldes do pensamento liberal. Esse quadro propaga como vertente principal a ineficácia da ação coletiva, deslegitimando os Sindicatos e as demais organizações dos trabalhadores. Ao aceitar tal ideologia, o estudante torna-se um trabalhador passivo e subserviente.

Como contraposição a essa lógica mercadológica, deve-se criar instrumentos para a libertação do povo e não para o fortalecimento de seus grilhões, ou seja pesquisas e projetos de intervenção voltados ao povo pobre e com a participação deste. Devemos lutar para a transformação da atual universidade, que começa pela sua massificação.

1.3 O avanço do Neoliberalismo no ensino médio e fundamental

Os estudantes secundaristas estão mais do que nunca em um momento defensivo sofrendo vários ataques sejam dos Governos Estaduais ou do Governo Lula, assim como dos empresários nacionais e internacionais que lucram com a educação brasileira.

O neoliberalismo mostra suas caras nas escolas claramente através do modo como elas estão condicionadas a funcionarem semelhantes a gestão empresarial, ou seja, devem buscar o máximo de “eficácia”, “produtividade” e “desempenho”. Para estimular a competição são criados rankings e gratificações para as escolas que melhor se classificarem em exames como o IDEB.

Para além da disputa desleal e anti-ética que existe entre as comunidades escolares, a criação do IDEB revela por trás deste programa governamental com seus índices e metas o seu real interesse e finalidade: formação de mão-de-obra para o aumento da produtividade capitalista, assim como a formulação de um “diagnóstico” das escolas para a melhor alocação de capital e investimentos favoráveis às grandes empresas que lucram com a educação.

O IDEB além de seu papel de aquecimento da competição e rivalidade entre escolas e professores, os dados e estatísticas obtidas são obviamente utilizados como capital político para campanhas parlamentares. Um exemplo claro é o caso de José R. Arruda, Governador do Distrito Federal, onde através de programas como o “Pró-mérito” estabelece gratificações como 14º salário para os funcionários das escolas que atingirem metas do IDEB como os “recordes de aprovação”, etc.

Alinhado nessa mesma lógica neoliberal está o “Movimento Todos Pela Educação”. Esse Movimento é uma rede que foi formada em 2006 por grandes empresas (como a fundação Roberto Marinho - Rede Globo, as multinacionais Gerdau e Instituto Sangari, FIESP, etc.), Governo Lula, Governos Estaduais que aderiram, Secretarias de Educação e organizações sociais. E quem entra como organizações sociais aliadas aos empresários? UJS/ PCdoB!

Para além da falácia da “sociedade civil preocupada com a formação educacional do povo brasileiro” o real objetivo do “Movimento Todos Pela Educação” é aprofundar o processo de privatização da educação, através do repasse de verba pública para a iniciativa privada (de forma direta ou indireta através da isenção de impostos) e o enquadramento da educação em metas mercadológicas e estatísticas como o IDEB.

Diversos outros projetos frutos da atuação do “Movimento Todos Pela Educação” podem ser citados como é o caso do Programa de Aceleração de Aprendizagem (o Tele-curso). Este Programa troca os professores pelas televisões precarizando o ensino e repassando milhões de reais para a Fundação privada da Rede Globo. Outro projeto é o “ciência em foco” de Brasília, neste caso a Secretaria de Educação pagou 300 milhões sem licitação para o multinacional Instituto Sangari.

1.4 Ofensiva do Capital e a Superexploração da Juventude

As políticas neoliberais e o processo de reestruturação produtiva representam a atual ofensiva burguesa contra o proletariado. Ampliando as formas de exploração sobre a classe trabalhadora, impondo a superexploração sobre parcelas maiores dos trabalhadores.

Entre os segmentos super explorados da classe trabalhadora está a juventude. Os jovens brasileiros somam 50,2 milhões de pessoas, o que representa 26,4% da população. Segundo estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), de 2007, 84,2% da juventude vive em famílias de renda domiciliar de até dois salários mínimos.

Mesmo diante da necessidade de ajudar suas famílias, os jovens brasileiros não conseguem entrar no mercado de trabalho. Cerca de 46,6% desempregados no Brasil estão na faixa de idade entre 15 e 24 anos.

A situação extrema a que estão submetidos os jovens brasileiros resulta da ofensiva do capital, mantendo esse e outros segmentos do proletariado em condições de super exploração.

Fica nítido que as lutas da juventude não podem estar isoladas das lutas do conjunto do proletariado, pois a exploração e a miséria dos jovens só podem ser combatidas a partir da resistência contra a ofensiva burguesa.

Diante desse quadro bandeiras exclusivamente corporativas defendidas por partidos e correntes políticas reformistas, como PT, PCdoB, UJS, PSOL FOE-UNE, PSTU, etc, se tornam grandes responsáveis pelo isolamento das lutas da juventude e, conseqüentemente, levam à desmobilização da mesma.

Por não confiar na capacidade de ação e mobilização deste segmento, o corporativismo reformista toma o lugar da luta reivindicativa de caráter classista, concomitantemente o potencial revolucionário a ser trabalhado fica no esquecimento. Portanto o reformismo seja governista ou para-governista serve de barreira ao desenvolvimento das lutas no combate ao capital, reproduzindo assim a atual condição de miséria e exploração que a burguesia cria e se serve.

Nutrir esperanças nos aparatos parlamentares tornam a juventude reféns de ações legalistas, pacifistas e de disputa dos espaços meramente burocráticos, levando-a a acreditar na ilusão da disputa institucional, da democracia burguesa, do estado democrático de direito. Estar com a juventude no combate ao capital é buscar a ruptura com essa hegemonia . Através da ação direta, pressionando e conquistando passo a passo o que ao povo diz respeito, levando adiante um combate classista sem cair no círculo vicioso da troca de poderes entre os “representantes da massa “ pois cair nessa armadilha é o mesmo que cegar o povo lutador dos subúrbios, periferias e favelas, negros, mulheres e jovens pobres sob a neblina ideológica da burguesia.

2. Programa e Organização

2.1 Um programa classista: nem ENEM, nem Vestibular: Livre-Acesso Já!

Um programa classista deve então colocar como principal o combate ao elitismo e a precarização do ensino. Deve combater tanto as formas de discriminação de acesso e permanência, como das condições e função das instituições de ensino. O objetivo principal deve ser o combate global as duas faces do sistema de ensino: a *precarização e o elitismo*.

Devemos combater também a subordinação da educação as funções gerais (mera reprodução de força de trabalho, lucro das empresas ou formação de quadros dirigentes). As nossas bandeiras de luta devem combater ao mesmo tempo duas falácias. A da “impossibilidade da expansão do ensino superior e a falácia da prioridade de investimento na educação básica.

Na realidade os problemas estruturais residem no combate simultâneo e combinado a precarização e ao elitismo, e a subordinação às funções de reprodução gerais das sociedade capitalista.

Nesse sentido, devemos lutar: 1) por mais recursos e melhores condições de ensino (verbas para infra-estrutura de escolas e universidades, verbas para assistência estudantil e etc); 2) universalização da educação pública (básica e superior nas suas diversas modalidades). A possibilidade da universalização do ensino superior se dá de duas maneiras: nacionalização sob controle dos trabalhadores das universidades privadas e recursos para duplicação do conjunto das vagas. Por isso devemos combater tanto o filtro elitista do vestibular, quanto a precarização e fortalecimento das universidades privadas (por meio de ações como o reuni). Por isso *nem ENEM, nem Vestibular: Livre-Acesso Já!*

Esse programa expressa a concepção de o sistema de ensino deve atender aos interesses dos trabalhadores enquanto classe. A educação não deve ser um elemento de reprodução da exploração, mas um elemento a mais na luta contra a exploração. Esse programa então tem uma série de bandeiras específicas de luta que devem se adequar a essa concepção.

2.2 Reorganização pela Base: democracia, ação direta e unidade com a luta dos trabalhadores

A tarefa de lutar por esse programa para educação brasileira não é exclusiva do movimento estudantil. Mas é certo que o movimento estudantil deve estar na vanguarda dessa luta. Ao mesmo

tempo, tem de articular essa luta com as organizações de trabalhadores e as formas gerais de luta contra a exploração.

Mas a primeira tarefa é dar ao movimento estudantil um caráter de massas. E nesse sentido, é preciso romper com o *burocratismo e o imobilismo*. Para isso é preciso romper não somente com as entidades tuteladas e governistas (UNE, UBEs e etc) mas com seu próprio modelo de organização. Três tarefas são estratégicas: organizar pela base, fortalecer a ação direta dos estudantes e a unidade com as lutas e organizações dos trabalhadores.

A reorganização do movimento estudantil, a partir de uma concepção classista, deve se dar a partir das bases. Ou seja, devemos mobilizar os estudantes, criar formas de *organização capazes de mobilizar os estudantes para a ação direta*. Essa tarefa se expressa hoje na organização dos estudantes da educação básica e superior, das redes pública e privada.

A principal tarefa então é modificar as estruturas organizativas do movimento estudantil. Para que as formas de organização possibilitem aos estudantes uma ação política mais consistente e independente. No movimento dos estudantes universitários isso implica: *no fortalecimento da organização representativa local (CA, DA) e de sua ligação com as bases; na organização de uma estrutura nacional, através dos movimentos de área*.

Os movimentos de área devem ser organizados de forma distinta da que está em vigor atualmente. A realização de “encontros nacionais” não garante a organicidade que um movimento estudantil classista exige. Na realidade, o movimento de área deve ter uma estrutura organizativa, que garanta o poder das bases e cumpra o papel mobilizador.

Nas universidades devemos: 1) Diretórios/Centros Acadêmicos: direção colegiada (com revogabilidade de mandatos) + GT's abertos, assembleia geral do curso com órgão deliberativo regular; 2) Congresso Nacional: delegados eleitos por assembleia geral dos cursos órgão deliberativo nacional máximo; 3) Plenária Nacional de Delegados de Base – órgão deliberativo regular intermediário composto por membros eleitos nas assembleias geral dos cursos; 4) Executiva Nacional: órgão de direção e encaminhamento político, subordinado a PLENA e Congresso. 5) organização dos Diretórios Centrais: diretorias colegiadas, com conselho de delegados de base acima da diretoria e um Congresso Geral de Estudantes. Isso fortaleceria a participação das bases, a organização nacional por área e organização geral dentro das universidades.

Nas escolas: devemos fortalecer os Grêmios e sua ligação com os estudantes: 1) garantir as assembleias como órgão deliberativo regular; 2) Fazer das diretorias órgãos colegiados e criar GT's abertos (com membros eleitos em assembleia) para agregar militância; 3) criar Coordenações de Luta Estudantis Regionais (de âmbito municipal ou metropolitano), plenária de delegados eleitos nas assembleias nas escolas e uma comissão executiva colegiada.

Essa é a tarefa de reorganização. Com a organização pela base, poderemos articular as lutas estudantis de uma perspectiva classista e combativa. E através dessa luta, melhorar as condições de vida da classe trabalhadora e tomar parte geral na luta contra as formas de exploração capitalista.

Notas

[1] Mundialização do Capital. Liberalização do Comércio, de investimento e deslocalização da produção promovida pelas Multinacionais (complexos organizados em rede com um centro financeiro) que procura mdo barata e incentivos governamentais. Conceito definido no livro “A Mundialização do Capital”, de François Chesnais.

Tese apresentada ao II Congresso da Conlutas e ao Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), ocorrido nos dias 3 a 5 de junho de 2010, na cidade de Santos-SP.

EM DEFESA DE UMA CENTRAL DE CLASSE

Por Diretores e Militantes de Base de SINDSCOPE, OPOSIÇÃO PETROLEIRA, SEPE-RJ, SINTTEL-RJ, ANDES; e por Oposição Classista e Combativa ao DCE-UFC (CE) e Oposição Combativa Classista e Independente ao DCE-UnB (DF).

Introdução

O objetivo desta tese é apresentar tanto uma reflexão crítica sobre a política da nossa central (no período 2006-2010), quanto propostas concretas de construção de um sindicalismo classista e combativo.

Para isso faremos duas análises distintas: uma da atual etapa e crise do capitalismo mundial; outra da evolução do movimento de luta dos trabalhadores no Brasil e suas contradições.

Essas análises encontram-se profundamente relacionadas. Na realidade, as transformações do capitalismo, e agora sua crise, colocam diferentes tarefas aos trabalhadores: tarefas de resistência imediata, e tarefas históricas da luta pelo socialismo. Porém, tais tarefas não têm sido assumidas concretamente.

Isso se dá porque, a nossa central, que deveria ter assumido tais tarefas, não o fez. Pelo menos não da maneira que deveria. A tática política prevaleceu sobre a estratégia. Os acordos acelerados de cúpula prevaleceram sobre um processo de construção de base.

Chegamos às vésperas do nosso terceiro congresso, com uma discussão ínfima nas bases. O próprio congresso da CONLUTAS foi pensado como apenas um apêndice do congresso da “Nova Central”. Os critérios de participação da base tornaram o congresso mais restritivo e, conseqüentemente, com um número de delegados menor.

Isso é resultado de uma política taticista e frentista que vem se impondo no interior da nossa central. A “fusão”, ao contrário do que vem sendo alardeado, não significa nada se não fundir forças reais na luta de classes. E o que a experiência dos dois últimos anos mostrou é que, na luta de classes, a unidade com tal setor (a Intersindical) tem se mostrado precária. Assim, está se atropelando um processo que deveria surgir da unidade concreta da luta e está se criando uma organização antes da luta.

Isso apresenta uma série de riscos. Significa que liquidaremos uma central, que sequer consolidou seu projeto e que nasceu das lutas efetivas do período 2003-2004, em favor de uma entidade que nasce de acordos de cúpula, pouca discussão na base e uma unidade muito precária na luta de classes. E ainda, que exige o sacrifício de um dos elementos diferenciais da nossa central: o seu caráter. E quem exige isso é exatamente uma organização que sequer é da mesma natureza. É mais uma composição de correntes de um partido político (PSOL) do que uma organização sindical e popular.

Nesse sentido, apresentamos esta tese para defender uma política classista e combativa. Somos contrários à “fusão” da nossa central tal como está se dando. Não acreditamos em organizações que surjam de acordos de cima. Somos contrários à mudança e/ou a descaracterização da nossa central. Somos favoráveis a uma central de classe (que agrupe o proletariado urbano, o campesinato, os trabalhadores precarizados e os estudantes). Somos contrários ao taticismo e ao frentismo. Somos defensores de que a nossa central tenha uma estratégia política de confrontação. Uma estratégia de construção pela base.

Os argumentos abaixo defendem e justificam teoricamente nossas posições. E elas estão assentadas na análise das condições objetivas e subjetivas do mundo contemporâneo.

1. Estrutura e dinâmica do capitalismo contemporâneo: a conjuntura internacional

É preciso fazer uma discussão teórica preliminar sobre a atual configuração do capitalismo. E essa configuração é fruto da transformação de um modelo capitalista anterior, provocada pela sua crise interna e pela resistência da classe trabalhadora.

Podemos dizer que o capitalismo contemporâneo é fruto da evolução e transformação do capitalismo monopolista de Estado. Esse modelo de capitalismo se estruturou a partir da década de 1920, no centro, e depois na periferia, como a América Latina. O capitalismo monopolista de Estado era uma inovação histórica, ele apresentava de forma sistemática ao Estado a tarefa de coordenar e intervir diretamente na economia capitalista. O Estado seria o grande engenheiro social responsável por viabilizar e tutelar a acumulação de capital.

Nesse campo, a burguesia internacional percebeu que era preciso, para desenvolver o capitalismo, mudar sua estratégia, era preciso fazer concessões à classe trabalhadora e integrar materialmente os trabalhadores aos interesses da burguesia. Para isso, foram tomadas medidas de reformas sociais do Estado e das relações de trabalho. O Estado criou as negociações coletivas para regular a oferta de trabalho e a massa salarial, de modo a diminuir as crises de superprodução. Criou também os sistemas previdenciários e formas de salários indiretos (benefícios educacionais, de saúde, incorporados sob a forma dinheiro ou não).

Depois da segunda guerra mundial, o capitalismo se expandiu aceleradamente. Os trabalhadores europeus foram integrados ao mercado consumidor e ao Estado, através dos grandes partidos e sindicatos de massa. O capitalismo, com sua reestruturação, procurou afastar ao mesmo tempo as ameaças da crise e da revolução socialista nos países capitalistas centrais.

A questão é que o financiamento desse modelo, baseado em grandes gastos públicos e produção crescente, era um problema. Nesse sentido, o capitalismo encontrou uma primeira solução: transferir os custos para e acentuar a exploração na periferia. Assim, as grandes empresas e o capital estrangeiro buscaram países como Brasil e demais países da América Latina para a implantação de suas plantas industriais.

Deste modo, começa a se desenvolver também na periferia a industrialização. E com ela o próprio capitalismo monopolista de Estado. Mas, ao contrário do que acontecera no centro, na periferia não deveria existir espaço para concessões aos trabalhadores. O lucro era máximo, o salário deveria ser colocado na média mínima possível e os direitos reduzidos.

As burguesias que tentaram implementar políticas nacionalistas na América Latina sempre tiveram de oscilar entre o discurso de defesa e proteção dos trabalhadores e sua lealdade ao capital/imperialismo. Isso aconteceu, por exemplo, com Getúlio Vargas no Brasil e o Juan Peron na Argentina. A ilusão de um capitalismo nacional aos moldes europeus se desfez sob as ditaduras.

O capitalismo de Estado na América Latina foi desenvolvimentista e o desenvolvimentismo foi ou incapaz de levar adiante as reformas sociais ou contra-revolucionário e militarista. As experiências no Brasil com João Goulart e no Chile com Salvador Allende comprovam isso. As

ditaduras com programas desenvolvimentistas, de expansão industrial, associadas à repressão e desigualdade social também.

Mas na década de 1970 o capitalismo entrou em crise, apesar de tentar transferir os custos do seu modelo de desenvolvimento para a periferia. As revoluções anti-coloniais quebraram alguns elos da reprodução imperialista na Ásia, fazendo com que a transferência da desigualdade não fosse mais realizada da maneira que era necessário. A crise do petróleo em 1973 precipitou uma nova reestruturação global do capitalismo.

Os custos com os gastos sociais passaram a ser inaceitáveis para a burguesia. Nesse sentido foram desenvolvidas duas grandes estratégias, uma macro e outra microeconômica.

A macro foi o neoliberalismo. Era preciso reformar o Estado, transferindo os setores estratégicos de produção para a iniciativa privada. Eliminando ou diminuindo o peso dos seus setores “sociais” (especialmente, a previdência).

A microeconômica foi o toyotismo. Surgido no Japão, era uma nova forma de administrar a empresa. Ele é baseado em três eixos: a) precarizar o trabalho, aumentando a intensidade e o número de funções de um trabalhador; b) criar formas de “colaboração” e participação dos trabalhadores na empresa, transformando os sindicatos por exemplo em “escolas” de diretores de empresa; c) repressão, através de demissões e perseguição cotidiana.

Essa nova reestruturação teve um profundo impacto no mundo. Aumentou o número de pobres, destruiu vários sindicatos e mesmo categorias profissionais. No mundo e no Brasil, esse modelo se espalhou especialmente a partir dos anos 1980 e 1990. Ele provocou mudanças na estrutura de classes e políticas:

- a) aumentou o peso dos trabalhadores precarizados e marginalizados (que nos países periféricos como o Brasil, já era grande anteriormente); atualmente, o número de desempregados e trabalhadores na informalidade supera os na formalidade;
- b) difundiu uma onda de reformas neoliberais em governos pelo mundo, que cortaram os já reduzidos direitos trabalhistas e previdenciários existentes;
- c) aumentou a exploração e comprimiu os salários em setores que antes eram protegidos (como determinadas categorias do serviço público);
- d) aumentou a força dos bancos e do capital financeiro que passaram a comandar as políticas econômicas em escala global.
- e) acentuou a concentração de capitais, formando-se ultra-monopólios em escala global, as grandes corporações.

Fazendo um balanço histórico, podemos ver que o capitalismo monopolista de Estado deu lugar um capitalismo ultra-mopolista e neoliberal. Essa era a situação até 2008, com a eclosão da crise mundial. E a crise só vai mostrar como o Estado, mais uma vez, é acionado para salvar o capital e como ele faz isso atacando os trabalhadores.

E a crise do capital vai sobrepor-se a uma crise da organização dos próprios trabalhadores. Crise esta que é fruto da história do capitalismo e da relação dos trabalhadores com tal processo. Nos dois modelos de desenvolvimento e acumulação capitalista, houve movimentos de cooptação dos sindicatos e trabalhadores. O estatismo se desenvolveu como força de repressão e cooptação dos sindicatos, e assim ainda permanece. E o toyotismo veio para completar a tarefa por outras vias, dando uma feição “participativa” e “democrática” no local de trabalho a essa dominação.

Assim, o capital não somente se reestruturou, mas dirigiu a reestruturação da organização dos trabalhadores. E isso continua acontecendo. Ao analisar então a conjuntura atual poderemos ver como isso se dá.

2. Conjuntura Nacional: cenários estratégicos da luta de classes no Brasil e perspectivas para os próximos anos

O ano de 2010 apresenta uma nova conjuntura. As condições econômicas e políticas com as quais Lula encerra seu mandato presidencial são completamente diferentes de quando o PT assumiu presidência pela primeira vez.

Naquela ocasião, a economia brasileira ainda estava presa a um ciclo de estagnação. A economia mundial não tinha adentrado o ciclo expansivo centrado na bolha imobiliária gerada nos EUA. As reformas neoliberais estratégicas não haviam sido plenamente concluídas.

A conjuntura do primeiro mandato e os compromissos assumidos pelo PT com o Capital implicaram numa série de medidas, tomadas pelo Governo, claramente continuístas em relação ao período FHC. A reforma da previdência de 2003 foi o grande marco dessa conjuntura. Isso explicitou o caráter de classe do PT e de sua política. Mostrou também a subordinação das direções das centrais sindicais e grandes sindicatos à burguesia e ao governo.

Mas a conjuntura atual é completamente diferente. O ciclo econômico internacional favorável do período 2004-2008, e mesmo a crise econômica de 2008, modificaram substancialmente a situação. E o Governo Lula se beneficiou de duas maneiras.

Primeiro do ciclo econômico favorável iniciado em 2004, conseguindo aumentar o crescimento econômico do país (o que era usado para acobertar os ataques aos trabalhadores). Depois, da crise econômica que, ao contrário do que as análises catastrofistas afirmavam, não teve um impacto direto na economia brasileira. E mais, criou uma conjuntura favorável à revitalização da ala “desenvolvimentista” do bloco governista.

O quadro atual indica uma combinação de recessão e desemprego em escala global. As reações diversificadas na Europa, França e Grécia como exemplo, indicam que há um processo crescente de mobilização e radicalização. A recessão se combina com aumento do desemprego que cresce nas diversas regiões do mundo. Segundo a previsão da OIT serão 50 milhões a mais de desempregados no mundo chegando a um total de 230 milhões. No caso do Brasil, o IBGE indicou um crescimento de 8,2% para 8,5% nas regiões metropolitanas.

O problema é interpretar o que se passa por trás dos supostos efeitos destrutivos da crise, e também o tipo de decisão empresarial que leva ao aumento do desemprego. A Volkswagen cortou os empregos temporários, que eram de 16.500 no mundo no final de 2008. A montadora americana General Motors (GM) demitiu dez mil empregados em 2009 em todo o mundo, reduzindo sua força de trabalho em cerca de 14%.

No Brasil, o caso das demissões da EMBRAER é ainda mais emblemático. Apesar de distribuir 50 milhões para seus diretores em salários e participação nos lucros, manteve as demissões de 4.300 trabalhadores. Fica nítido que, pelo menos na sua fase atual, o desemprego gerado pela crise não é fruto dos impasses da “superprodução” sobre a economia capitalista, mas sim resultante da estratégia de adaptação toyotista, através da demissão dos trabalhadores temporários e precarizados.

No Brasil, a concentração de capital irá se dar principalmente nas áreas mais afetadas pela crise econômica: financeira, construção civil, agronegócio e comércio varejista. Isso significa um fortalecimento de grandes empresas e do capital monopolista nesses setores. A fusão do Itaú com o Unibanco é um exemplo disso, bem como a fusão dos grupos varejistas Casas Bahia e Pão de Açúcar.

No mundo, as fusões e semi-estatizações de grandes bancos e fusões e aquisições das grandes montadoras, apenas confirma o processo de concentração de capital, que caminha cada vez mais rápido no sentido da formação de ultra-monopólios. Esse é o principal aspecto da crise: nos

setores automotivo e bancário, avança um processo ultra-monopolista de concentração de capital. Ao mesmo tempo, consolida-se o mecanismo da precarização (por meio dos contratos temporários e sem direitos trabalhistas) como mecanismo estratégico do capital.

Por isso, uma análise materialista e dialética precisa observar as relações de classes e os movimentos das forças econômicas que servem de base para as políticas do Governo Lula. E ao mesmo tempo, ver como o Governo Lula e o Bloco Reformista PT/PCdoB tenta incidir sobre tais condições, no sentido de favorecer a acumulação de capital.

O novo cenário econômico internacional é favorável a um intervencionismo estatal relativo, às políticas fiscais expansivas (aumento dos gastos públicos) e ao maior controle do Estado sobre o capital financeiro. Esse cenário foi perfeito para o PT e o PCdoB fortalecerem a tese da “disputa” de linhas dentro do Governo, entre setores neoliberais e setores desenvolvimentistas. A crise seria a ocasião para que esse setor supostamente “progressista” avançasse e ganhasse terreno.

O PT e o PCdoB estão conseguindo neutralizar a oposição de direita no congresso e manter o apoio do empresariado. Ao mesmo tempo revitalizam a força da CUT e CTB (antiga CSC) no movimento de massas depois da breve crise de 2003-2005. A crise foi providencial para o PT, o Governo Lula e os setores governistas do movimento. Hoje eles se apresentam com sua legitimidade renovada: são os setores que tem um programa de reformas e de fortalecimento do Estado para combater à crise, protegendo supostamente os interesses dos “trabalhadores e o desenvolvimento do país”.

Assim, os cenários da luta de classes nesse ano de eleições presidenciais são extremamente favoráveis às correntes estatistas e reformistas do movimento, especialmente o PT e o PCdoB. Mas esse é um cenário apenas. Certas mudanças nas condições econômicas internacionais podem fazer cair por terra esse edifício aparentemente sólido. Em primeiro lugar, a evolução da crise econômica mundial é um elemento fundamental. Caso a recessão econômica nos países centrais não seja superada (e vários elementos indicam que não será), e caso alguma outra região (no caso, a Ásia) não consiga formar alguma outra bolha especulativa para fazer girar o processo de acumulação em escala mundial, dificilmente os instrumentos “expansivos” e o poder de um futuro Governo Dilma Roussef para combater os efeitos da crise irão se manter.

Ou seja, um prolongamento da crise no centro deve implicar que ela alcance os principais países da América Latina, arrastando-os para a crise e aprofundando-a em escala global. Isso pode provocar então novas mudanças no cenário político nacional. E isso pode provocar também uma crise do próprio governo e das forças políticas e sindicais dirigente no país. Num cenário como esse, o bloco governista PT/PCdoB e CUT/CTB irão, assim, ver-se diante de um problema: sustentar o governo Dilma Roussef, só que aí, não mais com o discurso e políticas floreadas de “desenvolvimentistas e progressistas”, mas sim coordenando um novo ataque contra os trabalhadores e uma nova reestruturação do capital no Brasil.

As perspectivas de médio prazo indicariam (caso a crise econômica se confirme e os demais fatores políticos e econômicos se mantenham inalterados) que um futuro e provável Governo Dilma terá condições menos favoráveis que as atuais. E terá de assumir o confronto contra os interesses dos trabalhadores, reduzindo o déficit fiscal que tenderá a crescer e protegendo os interesses dos latifundiários e do próprio capital associado. Mas a questão é que isso pode acontecer em um ano ou em quatro, cinco, dependendo da evolução dos fatores econômicos e políticos.

Temos então dois cenários distintos dentro do atual contexto de crise, o de curto prazo e o de médio prazo. No curto prazo o setor reformista e governista (PT e PCdoB) sairá fortalecido na conjuntura de crise. No médio prazo, é possível que mais uma vez o bloco governista tenha que coordenar um ataque à classe trabalhadora (como foi na ocasião das reformas de 2003). E essa seria uma ocasião para a criação de uma alternativa nacional de sindicalismo, um sindicalismo de tipo revolucionário de massas.

3. O projeto de construção de uma central de classe: as contradições em meio à reestruturação do capitalismo (Concepção, estrutura, estratégia e programa)

3.1 A degeneração da CUT e das centrais oficialistas/condições objetivas e subjetivas

As reformas neoliberais implementadas no início do Governo Lula desencadearam um processo de crise de legitimidade da CUT e do PT. A eliminação dos direitos o ataque contra os sindicatos e trabalhadores, especialmente do serviço público ajudaram a desmascarar o caráter de classe do Governo Lula para parcelas significativas de trabalhadores. Foi criado um sentimento de indignação frente à “traição” que se manifestava.

Elementos concretos mostravam que o Governo estava implementando reformas neoliberais que contrariavam parte do seu discurso anterior. Ficou claro que a CUT estava cumprindo o papel de correia de transmissão do Governo Lula e do Estado. Que não representava mais os trabalhadores e nem encaminharia suas lutas. Estavam dadas as condições objetivas e subjetivas para o início de um processo de ruptura com o peleguismo da CUT e demais centrais.

As organizações de luta do proletariado brasileiro, criadas nos anos 1980, degeneraram. A CUT (Central Única dos Trabalhadores), criada para servir como arma de luta pelos direitos dos trabalhadores, transformou-se na prática, num instrumento da burguesia. Para formular hoje uma alternativa de luta popular-sindical é preciso refletir criticamente sobre as causas desta degeneração.

Para entender então como a CUT degenerou devemos então correlacionar alguns fatores: 1) sua acomodação às velhas estruturas sindicais do corporativismo; 2) suas contradições internas, que transformam a central num órgão burocratizado onde as decisões eram tomadas de cima para baixo; 3) o desenvolvimento de uma força política hegemônica (a Articulação do PT), de caráter reformista, através da relação “Partido-Sindicato”, em que as tarefas estratégicas (conquistar o Estado) eram atribuídas ao PT, e; 4) sua adaptação aos padrões toyotistas, o sindicalismo de resultados fragmentado por empresa e conciliador.

Assim, a degeneração da CUT é parte de um processo histórico mais geral. A acomodação e domesticação dos trabalhadores pelo capitalismo. E isso se deu pelo desenvolvimento de um modelo de sindicalismo social-reformista. Ele é legalista, corporativista e acredita que somente através da conquista do Estado os trabalhadores podem melhorar sua condição econômica e social. Ele é contra-revolucionário.

Em pouco tempo, o “eleitoralismo” se impôs, e a crítica da estrutura sindical e seu modelo de movimento foi sacrificada em favor dos interesses do Partido (PT). Isto porque para que o PT ganhasse a confiança da burguesia foi preciso frear as lutas proletárias (especialmente as greves). E esta estrutura sindical favorece exatamente a paralisação das lutas do proletariado.

Isso significa que não basta fazer a crítica da cooptação pelo neoliberalismo. É preciso combater as bases do modelo de sindicalismo social-reformista que levou a CUT à degeneração. E isso exige uma mudança de concepção de organização, de estratégia e de tática política.

3.2 A formação da CONLUTAS: os ziguezagues políticos e erros táticos

Em 2006 a CONLUTAS foi fundada. Naquela conjuntura, havia clareza da degeneração da CUT. Mas nem todos os setores optaram pela ruptura. Eles ainda tinham (e tem) vínculos ideológicos e organizativos com o próprio governismo. Isso se expressou na duplicidade de posições ante a CUT. Um setor não defendia a ruptura com a CUT num primeiro momento e sempre foi ambíguo nessa tarefa e constituiu a Intersindical.

A princípio a CONLUTAS expressava disposição de cisão de amplos setores do movimento sindical com o governismo. A CONLUTAS materializava a oposição entre governismo (CUT, Centrais oficialistas) X anti-governismo no movimento. Essa contradição poderia dar espaço para o

ré-surgimento de um sindicalismo classista e revolucionário. O projeto uma central que unificasse as lutas dos trabalhadores (formais e informais, empregados e desempregados, os movimentos populares do campo e da cidade e o movimento estudantil) significava não só uma ruptura necessária com o governismo. Poderia representar ainda ruptura com o modelo de sindicalismo social-reformista e corporativista.

Infelizmente, a política do atual campo dirigente da CONLUTAS é equivocada. Sua tática e estratégia impedem que a CONLUTAS assuma as suas tarefas imediatas e históricas. Isso foi o resultado de uma concepção estratégica equivocada.

A estratégia desse setor dirigente da CONLUTAS é a construção de uma Frente de Esquerda para “conquistar o Estado” e mudar a política econômica. Essa estratégia possibilitou uma série de táticas que na prática desviam a CONLUTAS das suas tarefas históricas. As principais táticas foram: 1) a política de unidade de ação com os governistas para lutar contra a crise; 2) a proposta de unificação com a chamada “Intersindical”; 3) a acomodação aos métodos de luta e formas de organização do sindicalismo social-reformista e corporativista.

Ou seja, o setor de oposição aglutinado na CONLUTAS tem suas contradições. E elas começaram a se manifestar no período 2006-2008 com as equivocadas alianças nas eleições sindicais de categorias importantes.

As políticas promovidas em várias categorias e sindicatos nos anos de 2006-2007 (como foi o caso dos trabalhadores dos Correios/RJ, Sintergia e metalúrgicos de Volta Redonda/RJ) realizavam o contrário daquilo que o CONAT havia colocado como objetivo: romper com a CUT. O setor majoritário encaminhava alianças com setores governistas (Articulação Sindical/PT e Corrente Sindical Classista/PCdoB).

A política de unidade com os governistas tornou-se a política hegemônica logo em 2007, quando a CONLUTAS se uniu com a CUT, a CMS, a Intersindical, entre outros, na formação da “Frente de Luta Contrás as Reformas Neoliberais”. Nessa frente os governistas assumiram a dianteira das lutas no segundo Governo Lula, iniciando a recuperação da legitimidade e do espaço perdidos entre 2003 e 2006. Os governistas conseguiram reeditar a tese de que o Governo Lula está em disputa.

Para a CONLUTAS o efeito da política de unidade com os governistas foi outro: provocou uma estagnação da Central, uma perda do trabalho de base e conseqüentemente do protagonismo das lutas.

O setor dirigente tentou justificar essa política equivocada afirmando que poderia estaria explorando as contradições do campo governista, que estaria fazendo a disputa da base dos governistas e que essa seria apenas uma tática de unidade de ação. Entretanto, tais justificativas se mostraram inconsistentes. Primeiro, foram os governistas que exploraram as contradições do campo majoritário da CONLUTAS e conseguiram reconstrução da sua legitimidade até então perdida. Em segundo lugar, a unidade se deu pela cúpula, portanto, não ocorreu disputa das bases. Basta ver que em certas categorias e sindicatos importantes, como o SINTRASEF/RJ, SEPE/RJ e FASUBRA, foi encaminhada a saída da CUT mas nunca a construção da CONLUTAS. E no caso do SINTRASEF ocorreu o melancólico retorno à CUT.

Por fim, a eclosão da crise econômica mundial em 2008 transformou o que antes era uma política aberta de aliança com os governistas. A crise econômica virou pretexto para uma reconciliação não somente com a CUT, mas com todas as centrais pelegas (Força Sindical, CTB). Esse chamado implica numa completa abdicação da política de ruptura com o governismo, o corporativismo e o legalismo.

A outra tática do campo dirigente da CONLUTAS foi conchamar a Intersindical para um processo de fusão. Esse chamado à unidade era esfacelado pela política da Intersindical em diversas categorias, como no funcionalismo público federal, em que atuava ao lado dos governistas, defendia

acordos rebaixados, recusava a greve e quando a fazia era para reduzir a luta ao economicismo e à fragmentação. Isso continua acontecendo agora recentemente. Em 2009 nas das eleições dos bancários/RJ a Intersindical constituiu uma chapa com a CUT e a CTB.

O primeiro aspecto a ser criticado nessa tática é noção de “reorganização” do movimento que vem sendo utilizado pelo campo majoritário. A ideia de reorganizar deveria ser sinônimo de ruptura com o governismo e de reconstrução pela base de um movimento nacional de oposição. Mas não é isso que está sendo feito.

Os debates pela base foram abandonados. Por outro lado, a própria Intersindical rachou no ano passado, o grupo que está no processo de fusão é dominado por correntes do PSOL (APS, C-SOL e Enlace) e são essas correntes que assinam seus documentos e mandam seus representantes para os debates. Ou seja, a representação é por corrente partidária, não pelas entidades de representação dos trabalhadores.

Nesse processo um dos principais impasses era o caráter da CONLUTAS e o caráter da “nova central”. Os setores da Intersindical não aceitam uma central de classe. Querem uma central exclusivamente sindical. Se a CONLUTAS representou um avanço nas lutas do proletariado por ser uma central do conjunto da classe trabalhadora, a “nova central” representará um retrocesso, pois, discutir se os estudantes e os movimentos sociais e populares podem ou não participar da “nova central” já é em si uma forma de exclusão desses setores da classe trabalhadora.

É importante ressaltar o caráter idealista e reacionário dos argumentos utilizados para justificar a exclusão dos estudantes e dos movimentos sociais. Resumidamente, os argumentos são dois: 1) os operários constituem a classe revolucionária, por isso, devem ser a direção do movimento dos trabalhadores e 2) os movimentos estudantil e sociais são “policlassistas”, ou seja, também são formados por frações burguesas.

O primeiro argumento deriva de uma visão idealista que, como tal, não tem nenhum amparo na realidade e na história das revoluções da classe trabalhadora. Em todas as revoluções desde a Comuna de Paris de 1871, passando pelas revoluções mexicana, de 1910, e russa, de 1917, chegando até as revoluções chinesa (1949) e cubana (1959), a vitória dos trabalhadores foi determinada pela participação do conjunto das frações do proletariado, especialmente do campesinato.

Mesmo hoje, a recente história da América Latina nos mostra que as principais lutas foram encampadas e lideradas por diversas frações do proletariado: 1) no Brasil, na década de 1990, os camponeses, sob a liderança do MST, constituíram a principal oposição ao neoliberalismo de FHC; 2) na Argentina em 2000 estavam na vanguarda das lutas os trabalhadores desempregados e movimentos populares; 3) na Bolívia desde 2003 o movimento indígena e camponês lideraram as revoltas populares.

Afirmar que o movimento sindical é o mais organizado da classe trabalhadora é desconhecer a atual estrutura do sindicalismo brasileiro. Até porque a organização não é um em fim em si. Em termos de auto-organização dos trabalhadores a grande maioria dos sindicatos é frágil. Quem organiza os sindicatos no Brasil é o Estado, que concede a carta sindical e o imposto sindical.

Segundo a estrutura sindical brasileira, de inspiração fascista, a representação sindical e o financiamento dos sindicatos são outorgados pelo Estado, por isso um sindicato não precisa de filiados para ser reconhecido como tal e receber o imposto sindical. Isso faz com que facilmente os sindicatos se tornem representantes do Estado e do patronato e não dos trabalhadores. Tal organização é antes um elemento a ser combatido do que a ser exaltado. E a estrutura do sindicalismo de Estado se ampliou no ano passado com a Lei 11.648/2008, que incorporou as centrais sindicais à estrutura sindical oficial. Assim, as centrais são igualmente tuteladas pelo Estado e financiadas pelo imposto sindical. A conversão das centrais em “centrais oficialistas” reforça a burocratização das entidades sindicais. E infelizmente a CONLUTAS não encaminhou

uma luta séria contra isso, mas se acomodou ao processo. Portanto, a estrutura sindical tem um efeito desorganizador sobre o movimento dos trabalhadores, pois impõe a formação de sindicatos sem base (os chamados “sindicatos cartoriais”) e promove a tutela estatal sobre o conjunto das entidades sindicais. Os sindicatos ficam frequentemente à serviço da burguesia, não dos trabalhadores. A Estrutura sindical deve ser combatida na sua totalidade não em aspectos isolados. Desse modo, afirmar a necessidade de lutar contra a burocratização dos sindicatos mas buscar a adequação de uma central à estrutura oficial é proferir com discurso vazio.

Já o segundo argumento, acerca do caráter policlassista do movimento estudantil, nega a perspectiva classista para esse setor da classe trabalhadora. E negar isso é permitir o desenvolvimento de políticas de colaboração com a burguesia no seio do movimento.

Esse é argumento é extremamente pobre. É óbvio que a condição de estudante não se confunde com a condição de classe. Mas a grande massa dos estudantes brasileiros é de trabalhadores. E se faz necessário construir um movimento estudantil classista e combativo.

Da mesma forma é falso o argumento de que os movimentos sociais de corte ético-racial e de gênero são “policlassistas”. O racismo e o machismo são instrumentos da dominação burguesa, utilizados para superexplorar esses segmentos dos trabalhadores. As mulheres e negros do Brasil são submetidos às piores condições de trabalho e recebem os menores salários. Os indígenas são submetidos a condições desumanas.

A luta contra a homofobia e a pela extensão dos direitos civis aos homossexuais também tem que ter um caráter de classe. Essa não é uma questão individual, mas uma questão social que tem que ser respondida pela luta da classe trabalhadora. Somente a ação política do conjunto do proletariado pode superar o racismo e o machismo.

A condição objetiva de classe desses setores é proletária. É a ausência de uma política classista e socialista para organizá-los e integrá-los na luta de classes que os deixa à mercê de políticas e ideologias da burguesia e de Estado. Somente uma perspectiva metafísica de segunda categoria pode desconsiderar as condições econômicas materiais e substituí-las por uma vaga disputa de ideias e projetos individuais como critérios centrais na definição do caráter de classe.

Firmar que os movimentos estudantil e sociais são policlassistas e, portanto, não podem estar na mesma central é reproduzir a fragmentação imposta pela burguesia. É importante lembrar existem certas ocupações e sindicatos que agrupam “profissões” que podem ter burgueses em seu ofício (como é caso de profissões liberais e serviços públicos), além da existência de sindicatos de patrões (industriais, latifundiários, banqueiros, etc). Nem por isso se afirma que o movimento sindical é policlassista.

Por último, destacamos o aspecto burocratizante da política de fusão da CONLUTAS com a Intersindical, processo que se assemelha com a degeneração da CUT nos anos de 1980 que se consolida na segunda metade da década de 1990. Congresso após congresso, a representação da base foi diminuindo na CUT e, finalmente, no IV CONCUR a Corrente Sindical Classista, do PCdoB, entrou na central e formou o bloco hegemônico com a Articulação Sindical/PT que aprovou as teses do “sindicalismo propositivo”, ou seja, de colaboração com o Estado e a burguesia.

E é exatamente esse processo que observamos no interior da CONLUTAS: a proposta de excluir importantes setores da classe trabalhadora da “nova central” e a proposta de reduzir proporcionalmente o número de delegados de base no “congresso de fusão”, marcado para junho desde ano - no 1º CONAT, realizado em Betim/MG no ano de 2008, a proporção para a tiragem de delegados era 500 na base para 1 delegado, com fração de 250, agora a proposta é 1.000 na base para 1 delegado, com fração de 500. Isso implica em uma drástica redução da participação dos delegados.

A história só se repete como farsa ou tragédia. Estamos diante na iminência de um erro histórico, cometido por setores dirigentes da CONLUTAS. Estes foram incapazes de capitalizar o

movimento de oposição e ruptura no interior da classe trabalhadora. A guinada representada por essas táticas é a negação dos princípios e programa da CONLUTAS fixados no I CONAT.

3.3 Uma central de novo tipo e sua política de construção

A CONLUTAS representou um ensaio na construção de uma central de classe. Agora nossa principal tarefa é garantir que nossa central se torne de fato uma central sindical e popular, que reúna e organize o conjunto da classe trabalhadora.

Em uma central de classe, que tem como um de seus pilares a democracia operária, não pode estabelecer pesos diferenciados aos setores que fazem parte da entidade. Somos contrários à deliberação do 1º CONCLAT/2008 que estabeleceu um percentual de 10% para a participação dos estudantes na CONLUTAS.

Infelizmente o processo de burocratização e mudança do caráter da “nova central” está avançando, pois a proposta do setor majoritário é que na “nova central” o movimento estudantil, movimento negro, movimento de mulheres e contra a homofobia tenham uma participação simbólica, com um percentual de 5%. Esse tipo de formulação fere a natureza sindical e popular da nossa central. Quer dar a aristocracia operária a maioria compulsória na direção da entidade.

Do mesmo modo, somos contrários à construção de uma central sindical que permita a filiação do movimento estudantil e popular. Porque essa formulação muda o caráter sindical e popular e estabelece a formulação de uma central sindical que concede a filiação aos demais setores da classe trabalhadora. Na prática, essa formulação não passa de um “favor” que os sindicatos concedem aos estudantes e aos movimentos populares e sociais.

Defender uma central de classe significa defender uma entidade que reúne em seu interior as diferentes organizações da classe trabalhadora: o movimento operário, o movimento sindical urbano (comércio e serviços); o movimento camponês e de trabalhadores rurais; o movimento estudantil; movimento de desempregados e informais, o movimento negro e indígena, os movimentos de gênero e contra a homofobia. Desta maneira, será uma organização ampla e representativa das lutas.

A natureza de uma Central de Classe possibilita romper com o sindicalismo social-democrata e corporativista, que reproduz a fragmentação da classe trabalhadora imposta pelo capital, ao mesmo tempo, garante o combate a estrutura de sindicalismo de Estado. Esse é o caminho para a construção de um amplo movimento classista e combativo dos trabalhadores.

Nós trabalhadores, estamos vendo numa conjuntura de ofensiva burguesa, a partir das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva. A superexploração e a precarização atinge parcelas cada vez maiores da classe trabalhadora, aumentando a nossa fragmentação e ampliando os lucros da burguesia. Nessa conjuntura somente uma Central de Classe é capaz de dar respostas às necessidades do conjunto dos trabalhadores.

A Central de Classe deve estar estruturada na base da democracia interna e do federalismo (coordenação da autonomia local com as funções diretivas das instâncias centrais), preservando as decisões de “baixo para cima”. Esta democracia proletária tem um objetivo de mobilizar; a democracia visa garantir a entrada das massas proletárias na arena da ação política. Além da democracia interna, a Ação Direta (greves, mobilizações e etc) deve ser o meio central da luta, e não as negociações nos espaços da burguesia (justiça, parlamentos, câmaras, prefeituras e governos).

O mais importante é que tal tipo de organização dá uma resposta às características do capitalismo contemporâneo. Ele neutraliza as táticas burguesas de esfacelamento e fragmentação. Ele contorna também os aspectos desorganizadores do sindicalismo de Estado e do sindicalismo social-reformista. E é um tipo de organização que esteja adequada as necessidades de uma efetiva luta pelo socialismo.

Tese apresentada ao VI Congresso da Estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), ocorrido nos dias 26 a 29 de agosto de 2010, na cidade de Fortaleza-CE.

NADA ESCAPA DA LUTA DE CLASSES, NEM A UNIVERSIDADE NEM O MOVIMENTO ESTUDANTIL!

Por Oposição Classista e Combativa ao DCE-UFC.

“Como vemos, as condições econômico-sociais do estudante universitário somente se tornam um problema porque a sociedade é um sistema de classes, isto é, uma sociedade em que os homens se apropriam diferencialmente do produto do trabalho social. (...) Em suma, excluídas a burguesia, cujos filhos podem frequentar estabelecimentos privados, e uma parte da classe média, cujos os membros não podem matricular-se senão nas escolas públicas, porque gratuitas, ficam fora da escola os jovens de grande parte da classe média e de todo o proletariado, que não possuem as condições mínimas para cursar sequer a escola pública.”

Octavio Ianni, 1963

1. Introdução

A tese da Oposição Classista e Combativa ao DCE-UFC aqui apresentada é produto da militância classista no movimento estudantil e tem como objetivo fomentar o debate acerca dos problemas da universidade, analisando concretamente suas mazelas, bem como propondo alternativas concretas de modificação do seu atual quadro, que passa necessariamente pelo fomento das lutas reivindicativas dos estudantes, técnicos e professores da Universidade. *Entendemos que o ME deve ser produto da luta de classes no local de estudo e como fração da classe trabalhadora, ligar estrategicamente sua luta com a dos demais setores da classe.*

A Universidade não é um espaço neutro na sociedade capitalista. Inserida no contexto histórico de uma sociedade de classes, ela também representa interesses de classe. Sua estrutura burocrático-autoritária é voltada para as demandas econômicas, políticas e ideológicas da burguesia e de sua dominação de classe. O papel de seus gestores (como a Reitoria) é manter o aparato burocrático a serviço do capital. Nesse sentido, a concepção da educação como mercadoria é o resultado da materialidade da dominação burguesa sobre a Universidade.

Os consecutivos governos liberais, de matizes política conservadora ou social-democrata, dão continuidade a essa linha político-ideológica de subordinação da Educação aos interesses do capital (e de sua liquidação enquanto coisa “pública”). Os governos de turno não são capazes de romper com essa política de subordinação, pois são eles mesmos os gestores dessa subordinação e os agentes dessa liquidação, que se manifesta nas mais variados conjunturas, através de reformas, leis, decretos e medidas provisórias. Assim, a Educação de hoje tende a ser cada vez mais uma educação para o capital, que visa o desenvolvimento da acumulação de capital através do aprimoramento da exploração da força de trabalho. Entendendo que a UFC não está situada em uma ilha separada de toda a sociedade, ao contrário, ela faz parte da sociedade e possui uma função social, que se modifica a cada gestão de governo. Faremos então aqui uma análise materialista da realidade, tentaremos apreender resumidamente nesta tese a relação entre a totalidade da sociedade capitalista com a realidade dos cursos da UFC, bem como seu movimento contrário.

Entendemos a realidade como continuas ações e reações do todo sobre cada parte e de cada parte sobre o todo, por excelência contraditória. *A principal contradição da sociedade da qual*

vivemos é a batalha entre o capital e o trabalho. Desta batalha é que surge a luta de classes, pois desde seu nascedouro a burguesia se apropria dos frutos do trabalho bem como da força de trabalho de todo proletariado mundial. Entendemos os estudantes como uma fração da classe trabalhadora, defendemos o estudante pobre e/ou trabalhador assim como defendemos a libertação proletária. Na sociedade de classes do sistema capitalista nada escapa da luta de classes, nem a universidade nem o Movimento Estudantil.

2. A atual fase do capitalismo e o modelo de super-exploração ultra-monopolista: neoliberalismo e toyotismo

Podemos dizer que o capitalismo contemporâneo é fruto da evolução e transformação do *capitalismo monopolista de Estado* [1]. O Estado seria o grande engenheiro social responsável por viabilizar e tutelar a acumulação de capital.

Nesse campo, a burguesia internacional percebeu que era preciso, para desenvolver o capitalismo, mudar sua estratégia, era preciso fazer concessões à classe trabalhadora e integrar materialmente os trabalhadores aos interesses da burguesia. O Estado criou as negociações coletivas para regular a oferta de trabalho e a massa salarial, de modo a diminuir as crises de superprodução. Criou também os sistemas previdenciários e formas de salários indiretos (benefícios educacionais, de saúde, incorporados sob a forma dinheiro ou não).

Depois da *Segunda Guerra Mundial*, o capitalismo se expandiu aceleradamente. Os trabalhadores europeus foram integrados ao mercado consumidor e ao Estado, através dos grandes partidos e sindicatos de massa. O capitalismo, com sua reestruturação, procurou afastar ao mesmo tempo as ameaças da crise e da revolução socialista nos países capitalistas centrais.

A questão é que o financiamento desse modelo, baseado em grandes gastos públicos e produção crescente, era um problema. Nesse sentido, o capitalismo encontrou uma primeira solução: transferir os custos para e acentuar a exploração na periferia. Assim, as grandes empresas e o capital estrangeiro buscaram países como Brasil e demais países da América Latina para a implantação de suas plantas industriais.

Deste modo, começa a se desenvolver também na periferia a industrialização. E com ela o próprio capitalismo monopolista de Estado. Mas, ao contrário do que acontecera no centro, na periferia não deveria existir espaço para concessões aos trabalhadores. O lucro era máximo, o salário deveria ser colocado na média mínima possível e os direitos reduzidos [2].

O capitalismo de Estado na América Latina foi desenvolvimentista e o desenvolvimentismo foi ou incapaz de levar adiante as reformas sociais ou contra-revolucionário e militarista. As experiências no Brasil com João Goulart e no Chile com Salvador Allende comprovam isso. As *ditaduras* com programas desenvolvimentistas, de expansão industrial, associadas à repressão e desigualdade social também.

Mas na década de 1970 o capitalismo entrou em crise, apesar de tentar transferir os custos do seu modelo de desenvolvimento para a periferia. As revoluções anti-coloniais quebraram alguns elos da reprodução imperialista na Ásia, fazendo com que a transferência da desigualdade não fosse mais realizada da maneira que era necessário. *A crise do petróleo em 1973* precipitou uma nova reestruturação global do capitalismo.

Os custos com os gastos sociais passaram a ser inaceitáveis para a burguesia. Nesse sentido foram desenvolvidas duas grandes estratégias, uma macro e outra microeconômica. A macro foi o *neoliberalismo*. Era preciso reformar o Estado, transferindo os setores estratégicos de produção para a iniciativa privada. Eliminando ou diminuindo o peso dos seus setores “sociais” (especialmente, a previdência). A microeconômica foi o *toyotismo*. Surgido no Japão, era uma nova forma de administrar a empresa [3].

Essa nova reestruturação teve um profundo impacto no mundo. Aumentou o número de pobres, destruiu vários sindicatos e mesmo categorias profissionais. No mundo e no Brasil, esse modelo se espalhou especialmente a partir dos anos 1980 e 1990 [4].

Fazendo um balanço histórico, podemos ver que o capitalismo monopolista de Estado deu lugar um *capitalismo ultra-mopolista e neoliberal*. Essa era a situação até 2008, com a eclosão da *crise mundial*. E a crise só vai mostrar como o Estado, mais uma vez, é acionado para salvar o capital e como ele faz isso atacando os trabalhadores. E a crise do capital vai sobrepor-se a uma crise da organização dos próprios trabalhadores. Cri-se esta que é fruto da história do capitalismo e da relação dos trabalhadores com tal processo. Nos dois modelos de desenvolvimento e acumulação capitalista, houve movimentos de cooptação dos sindicatos e trabalhadores. O *estatismo* se desenvolveu como força de repressão e cooptação dos sindicatos, e assim ainda permanece. E o *toyotismo* veio para completar a tarefa por outras vias, dando uma feição “participativa” e “democrática” no local de trabalho a essa dominação. Assim, o capital não somente se reestruturou, mas dirigiu a reestruturação da organização dos trabalhadores. E isso continua acontecendo.

3. A Era Lula/PT: transição pacífica dos movimentos sociais para a esfera do governo

“Contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres. Não se deixar esmagar, não se deixar cooptar. Lutar Sempre!”

Florestan Fernandes

No Governo Lula/PT ocorrerá uma *transição pacífica dos movimentos sociais* para a esfera governista (CUT, UNE, MST). Várias das lideranças e das entidades hegemônicas do movimento sindical-popular são cooptadas para a gerência petista do Estado brasileiro.

As táticas de cooptação variam nos diversos setores, seja assumindo ministérios, recebendo grandes verbas ou atenuando as lutas. Um dos exemplos mais descaradamente visíveis é o do presidente da CUT, Marinho, que se tornou Ministro do Trabalho. A UNE foi vendida e recebe mais de 12,9 milhões desde 2003 [5] para implementar sua linha governista de desmobilização no movimento dos estudantes, e o MST reorientou seu eixo da luta pela terra e pela reforma agrária para uma luta “contra o agronegócio”. O exemplo do MST merece atenção por ser talvez a tática mais sofisticada de cooptação. A luta pela terra, por sua vez, passou a ser uma “disputa interna” entre ministérios e pastas de governo e não mais dada através da ação direta. Isto se verifica na redução das ocupações de terra, que acontece desde 2003, e nas lutas espetaculares contra as empresas e propriedades do “agronegócio”, em torno de argumentos pró-ecologia, direitos humanos, anti-transgênicos, etc.

É bem verdade que a CUT e a UNE abandonaram a *estratégia da greve geral* nos anos 1980 e adotaram uma *estratégia parlamentar e propositiva* nos anos 1990, selando assim o modelo de *sindicalismo de Estado* e de colaboração de classes. Mas é somente no atual governo Lula/PT que elas se tornaram um verdadeiro braço e sucursal do governismo no movimento sindical e popular, amortecendo a luta de diversas categorias e desorganizando setores estudantis secundaristas e universitários para melhor aplicação das reformas pelo governo e o capital. A prova para tanto é que o governo Lula/PT conseguiu aplicar melhor as reformas neoliberais do que seus antecessores como a Reforma da Previdência (2003) que Collor e FHC tentaram aplicar e Lula conseguiu com apoio da maioria na Câmara dos Deputados e no Senado ao final do primeiro ano do primeiro mandato. E a Reforma Universitária, que analisaremos melhor adiante, na qual a UNE exerce apoio incondicional.

O PT de Lula assim aliou-se a sindicalistas e industriais, sem-terras e latifundiários, estudantes e banqueiros, tendo como *estratégia o pacto social* para manter a sua hegemonia e atenuar a luta de classes. No Ceará aliou-se a oligarquia Ferreira Gomes, através do governo Cid/PSB, que implantou a Polícia do Terror por Quarteirão que extermina e oprime a juventude mestiça e pobre da periferia de Fortaleza e do interior do Estado, encoberta pelo véu de “polícia comunitária” com a alcunha de Ronda do Quarteirão.

4. Governo Cid/PSB: tratando as questões sociais como caso de polícia

“No passado remoto e presente, a norma era: o escravo é o inimigo público da ordem; nos tempos modernos a norma tornou-se: o colono, o camponês e o operário são o inimigo público da ordem.”

Florestan Fernandes, 1981

No plano político, podemos dizer que integrantes de uma mesma oligarquia (oriunda do Centro Industrial do Ceará – CIC) vêm se alternando no controle do Governo do Estado desde o fim do regime militar. Tasso Jereissati (PSDB) foi eleito em 1986, Ciro Gomes (PSDB) em 1990, Tasso Jereissati novamente em 1994 e 1998, Lúcio Alcântara (PSDB) em 2002 e Cid Gomes (PSB, irmão de Ciro Gomes e apoiado por Tasso Jereissati) em 2006.

Atualmente, Cid Gomes/PSB governa o estado do Ceará com uma ampla aliança burguesa, contando com o apoio oficial dos partidos governistas (PSB, PT, PC do B). Em 2010, sua reeleição é dada como certa. O governo estadual, ao mesmo tempo em que reprimiu violentamente os servidores estaduais que entraram em luta em 2009, e não concedeu sequer o Piso Salarial Nacional para os professores estaduais, por outro lado, gasta milhões com a compra de carros de luxo Hilux para seu programa de repressão Ronda do Quarteirão, e outros milhões na construção de projetos faraônicos como o novo Centro de Convenções e a Copa do Mundo de 2014 para incentivo do turismo especulativo.

Segundo o secretário de segurança Roberto Monteiro, desde a implantação do programa Ronda do Quarteirão (novembro de 2007) até junho de 2008 se tinha gastado R\$ 57 milhões exclusivamente com o programa. O secretário ainda afirmou que *“Se for preciso gastar R\$ 100 ou R\$ 200 milhões, que se gaste para dar uma segurança efetiva, até porque o governador Cid Gomes elegeu essa área como prioridade”*[6]. Enquanto que cada HiluxSW4-extermínio custa R\$ 165 mil cada, o oligarca Cid/PSB nega-se a conceder o piso salarial dos professores. E o prestígio de seu programa de polícia comunitária vai caindo em descrédito devido a ação desastrosa dos ditos “policiais comunitários” do Ronda que figuram em infantis acidentes de automóvel, abordagens preconceituosas e no recente assassinato do inocente e jovem trabalhador Bruce Cristian. Prioridade com “segurança pública” no regime capitalista significa repressão e massacre do povo, política de extermínio e de guetização que encontra na polícia do Rio de Janeiro e nas recentes Unidade Policiais Pacificadoras (UPPs) seus exemplos mais desenvolvidos.

O plano de governo Cid/PSB é perpassado pela estratégia de transformar as questões sociais em questões de “segurança pública”, isso quer dizer, em caso de polícia. As medidas contra todas as mazelas sociais que vivemos são perpassadas pelo eixo administrativo da “segurança pública”, resolvendo questões trabalhistas, estudantis, de moradia e saúde com o incremento do aparelho repressor de Estado. Com a milionária Copa de 2014, o cenário que se abre para os próximos anos é de mais ofensiva sobre o povo, juventude pobre e trabalhadores em geral. O planejamento urbano que acompanha a chegada do evento internacional beneficiará somente a especulação turística e imobiliária, as empreiteiras, unindo a burguesia e a burocracia estatal no desalojamento de famílias pobres de Fortaleza, numa *política de limpeza social*, reforçada pelo aparato repressivo (guardas,

polícias e exército) através de “*questões de segurança pública*”, representando a venda de nossa cidade aos conglomerados transnacionais e ao imperialismo. A luta popular por moradia em Fortaleza deve estar preparada para esse cenário onde somente a ação direta das massas pode dar uma verdadeira resposta popular à situação de deterioração social e as coações do aparato repressor.

5. Governo Luiziane/PT: a realidade da luta de classes e a farsa da Fortaleza Bela

A prefeitura municipal é comandada pela petista Luizianne Lins, eleita em 2004 e reeleita em 2008. Luizianne (assim como Lula, mas diferentemente de Cid) veio da militância dos movimentos sociais. Logo, consegue cooptar parte significativa dos sindicatos e organizações populares e de classe para o seu governo, entre outras formas, pelo orçamento participativo. Assim, os governos federal, estadual e municipal seguem uma mesma orientação política e apesar de se intitularem dos "trabalhadores", exploraram e oprimiram ainda mais o proletariado que depositou confiança neles mais do que em seus antecessores. Logo, *a luta de classes em Fortaleza assume uma característica peculiar: o alinhamento claro dos Governos Municipal, Estadual e Federal*. Isto, somado à cooptação de parte significativa dos movimentos sociais para a política governista, gerou desdobramentos funestos na vida dos trabalhadores, com ataques coordenados vindo das três esferas administrativas.

Nos últimos anos a prefeita/PT demonstrou ser aliada da máfia do Sindiônibus (sindicato dos patrões do transporte), dando isenção de impostos aos empresários, aumento de passagem para o povo e arrocho salarial para os trabalhadores rodoviários, mostrando que a Fortaleza Bela só existe para os patrões. A atual luta por reajuste salarial dos trabalhadores rodoviários vem sofrendo ataques do bloco Sindiônibus/Justiça burguesa/Etufor-Prefeitura-PT. Junto com a mídia burguesa (O Povo/Diário do Nordeste e sucursais televisivas e radiofônicas) a prefeitura petista vem tentando isolar a greve e facilitar a ofensiva patronal sobre os rodoviários. A Justiça do Trabalho e a Mídia se comportam como retaguarda dos patrões nos ataques aos trabalhadores.

Essa ofensiva passa por tratar a luta dos rodoviários como caso de polícia, reforçando o policiamento municipal em dias de mobilização da categoria e, como Cid/PSB, tratando as questões sociais como caso policial. Assim ficou evidente no dia 16 de junho quando da *revolta popular no Terminal da Parangaba*. O protesto do povo foi recebido com cassetetes, tiros, spray de pimenta, espancamentos, algemas e detenções. Os cerca de 40 guardas regulares e do Pelotão de Operações Especiais presentes no terminal (O Estado 17/06), tiveram reforço na parte externa pelos tiros do Batalhão de Choque e atacaram indiscriminadamente o povo, num saldo de 5 detidos e 2 feridos gravemente na cabeça, com dois policiais atingidos por pedras e socos. Os fatos ocorridos no terminal da Parangaba devem ser entendidos como o produto da situação material em que vive a classe trabalhadora em geral e particularmente em relação à realidade do transporte público da capital. A resposta popular a essa situação se materializou no bloqueio das entradas do terminal, na depredação de ônibus e de confronto com a Guarda Municipal e o Batalhão de Choque da PM.

A atual luta dos rodoviários em 2010 é uma das mais importantes de Fortaleza e sua vitória ou derrota exercerá grande influência nas próximas batalhas do proletariado da cidade. A classe trabalhadora deve articular sua própria defesa e ofensiva de classe. Nessa conjuntura essa ofensiva deve ganhar caráter material através de organização unitária de rodoviários, estudantes e povo pobre. O desenvolvimento da luta de classes demonstrou a necessidade concreta de construir uma *real unidade proletária*, onde no contexto da *aliança operário-estudantil* os estudantes não poderiam apenas se limitar a executar tarefas e prestar um apoio secundário aos rodoviários, mas sim apontar para uma luta comum de rodoviários e estudantes com bandeiras que dialogassem com as necessidades materiais do povo, como passe livre para estudantes e desempregados e reajuste salarial digno para a categoria, somadas a pautas populares como redução da passagem e melhoria física dos ônibus e terminais.

Assim, o ME que poderia ter se tornado uma importante e efetiva retaguarda combativa para os rodoviários, através de uma estratégia de unidade de classe, que levasse para as universidades e os locais de estudo em geral as bandeiras dos rodoviários interligadas com as bandeiras históricas dos estudantes (através de debates e agitação e propaganda), se limitou a um sincero, mas fraco apoio de prestar ajudas pontuais.

Essa ajuda pontual e os limites da ação do ME no contexto da greve dos rodoviários são um efeito do seu nível atual de organização e da *concepção policlassista de ME*. A recente luta dos rodoviários e a pouca mobilização do ME no sentido de reforçar essa luta e desenvolver suas próprias pautas conjuntamente com a luta dos rodoviários mostra o quanto o nosso movimento se encontra distanciado da luta dos trabalhadores. Para superar este atual estágio de desorganização e confusão ideológica devemos combater a concepção policlassista na prática com bandeiras reivindicativas em geral e do próprio ME que dialoguem com bandeiras da classe trabalhadora na construção de lutas comuns através de organismos de base que reúnam estudantes e trabalhadores através de uma linha anti-governista e de ação direta, fazendo o combate ao corporativismo e o economicismo, tendo a greve geral como norte estratégico.

Resta aos estudantes e seus setores combativos transformarem a palavra de ordem de aliança operária-estudantil em realidade através de comitês de luta que defendam pautas intersindicais e populares como passe-livre para estudantes e desempregados, redução da passagem, contra as lotações e precarização dos ônibus e terminais, junto as pautas de reajuste dos rodoviários, criando assim *uma retaguarda combativa para trabalhadores do transporte coletivo*, não deixando a greve se isolar e definhar. *A aliança operária-estudantil não deve ser um mero discurso, ela deve ter um caráter de pacto de luta*, gerador de unidade proletária contra o corporativismo, potencializando a ação coletiva da classe contra os patrões e o Estado.

6. Campanha Não vote! Lute!

Os cenários nacional, estadual e municipal servem de indicativo para as eleições que se avizinham, pois já está provado que PT/PCdoB e PSDB possuem o mesmo programa político para o Brasil, configurando-se ambos como a esquerda e a direita do capital. E nem mesmo os programas *nacionais-desenvolvimentistas* do PCB e das correntes externas do PT (PSOL, PSTU, PCO) poderão modificar algo, pois as eleições são uma ilusão promovida pelo Estado burguês, onde muda a gerência da exploração, mas esta permanece enquanto elemento inerente ao capitalismo. Somente a luta pelo socialismo e as melhorias imediatas econômicas nos trarão verdadeiras vitórias, as eleições só deseducam o povo, fazendo acreditar que esse espaço burguês está em disputa e que se podem alcançar melhorias através deste artifício.

Os trabalhadores já pagaram o preço por acreditar que votar no PT melhoraria algo, a situação só piorou em nosso país, por isso convocamos a todos para a campanha Não Vote! Lute! Defendemos que a "Emancipação da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora". Somente a organização do povo e a ação direta das massas trarão vitórias. Lutar para organizar e organizar para lutar se tornam indispensáveis para armar a classe, desenvolvendo a defensiva proletária rumo à ofensiva de classe contra o Estado e o capitalismo.

7. Os limites da oposição para-governista: a Anel e seu parlamentarismo estudantil

Diante do quadro de cooptação de grande parte dos movimentos sociais para a esfera do governo e da degenerescência pelega crônica da UNE se faz necessário analisar também as propostas que se colocaram como alternativa a ela, como a finada Conlute e a recém criada ANEL - Assembleia Nacional de Estudantes Livre, que surge como resultado do recuo na linha do PSTU de rompimento com a UNE e com governismo.

A dissolução da Conlute e da Conlutas (via fusão com a Intersindical), e a fundação da ANEL e da Nova Central, é uma declarada adequação a linha para-governista do PSOL. Basta notar que este último ainda possui todas as suas correntes estudantis dentro da UNE e que suas correntes sindicais induziram a adequação completa da Conlutas nas últimas lutas para a fundação da nova central, em três pontos: 1) Participação ativa na política de unidade com os governistas, já que Intersindical nunca se separou definitivamente da burocracia da CUT; 2) Corte na participação estudantil e de setores do movimento popular na nova entidade, e; 3) Adequação a Reforma Sindical do Governo Lula/PT, para angariar o aparato do imposto sindical.

Este desvio político também conduziu ao oportunismo e a debilidades práticas. Na plenária nacional realizada no dia 30 de janeiro de 2010, em Salvador, a ANEL não apresentou nenhuma política concreta para as reformulações e ataques da burguesia brasileira na educação, não debatendo nada sobre a luta contra o novo ENEM e as reformulações feitas pelo Ensino Médio Inovador (EMI), deixando um vácuo para a luta dos estudantes. Ao mesmo tempo, a ANEL já expressava em suas resoluções do CNE (Congresso Nacional de Estudantes) sua estratégia legalista para este período, que consistiu em apoiar PL's (Projetos de Lei), plebiscitos, abaixo assinados e candidaturas parlamentares para implementá-los, pois, na prática, a ação direta e as ocupações ficam relegadas a segundo plano; esta resolução fica clara na passagem: “somente (sic) com um projeto como o PL podemos alcançar a universidade que queremos.”

8. Diante do governismo da CUT/UNE e da liquidação da Conlutas: Construir um movimento nacional de oposição sindical, popular e estudantil

Paralelamente ao CNE foi convocada uma Plenária dos Estudantes Classistas e Combativos. A idéia desta plenária era articular através de entidades e oposições de base, como CA's e grêmios, um movimento estudantil combativo que realmente polarizasse com o governo, sempre ressaltando os métodos de ação direta em detrimento da via burocrática e legalista. Buscando a articulação das lutas em âmbito nacional pela base, fazendo as críticas aos setores carreiristas que utilizam os organismos de base dos estudantes como palanque eleitoral.

Por isso a Rede Estudantil Classista e Combativa (RECC) entende que se faz urgente e necessária para os estudantes e trabalhadores do Brasil a reorganização de um verdadeiro polo anti-governista para as lutas contra os ataques do governo e da burguesia, sejam pelo imperialismo ou pela burguesia nacional. Dessa forma, a Nova Central e sua linha para-governista representarão um retrocesso para a luta dos trabalhadores. Então, é imprescindível que se avance nesse momento pós-CONCLAT na construção de plenárias de oposições e entidades de base pró-Movimento Nacional de Oposição Sindical, Popular e Estudantil, espaço que possa discutir a construção de uma verdadeira Central de Classe, capaz de conduzir a luta do proletariado através da ação direta de massas e independência do sindicalismo de Estado e das burocracias governistas.

Esse espaço hoje se materializa, diante da liquidação da Conlutas, nos Fóruns de Oposição pela Base que estão ocorrendo no Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, iniciativa essa dos setores combativos de base que diante do fracasso do CONCLAT apontam uma via organizativa e de luta para a classe trabalhadora e os demais setores explorados e oprimidos.

9. Bandeiras de luta

“A primeira questão que hoje temos de considerar é esta: a emancipação das massas operárias poderá ser completa enquanto receberem instrução inferior à dos burgueses (...) que por nascença têm os privilégios de uma educação superior e mais completa? Colocar esta questão não é começar a resolvê-la?”

Mikhail Bakunin, Instrução Integral, 1869

a) Reuni: precarizando o trabalho e o ensino superior

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007(Lula), flexibiliza o ensino, quebra a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, oferece um bacharelado que se assemelha a uma graduação minimalista de três anos, cujo diploma será apenas um certificado generalista, e propõe um novo processo seletivo no fim do terceiro ano do bacharelado para os cursos profissionais. Ele estabelece, como meta, um índice de 90% de conclusão dos cursos e determina a duplicação da relação professor-aluno dos atuais 1/9 para 1/18. Para pôr tudo isso em prática, o governo editou a Portaria Interministerial nº 22/07, que cria o Banco de Professores Equivalentes, o que, segundo avaliação dos professores, vai flexibilizar as relações de trabalho na universidade pública diminuir o número de concursos, diminuir o regime de dedicação exclusiva, e, conseqüentemente, reduzir as atividades de pesquisa.[7]

b) Fundações Privadas

As Fundações de Direito Privado (FDP), são regidas pela lei 8.958/94 (Itamar Franco) e foram regulamentadas pelo decreto 5.204/04(Lula) , sendo o modelo de “financiamento apoiado” ou privatização consentida, que garantiu as fundações assumirem compromisso da própria universidade, a ponto de gerirem dinheiro público (em razão disso cobram taxa de gestão) e de assumirem funções do poder público, como contratação de servidores. Dados do Dossiê Nacional sobre as Fundações do ANDES-SN demonstram que as FDP são quem depende da Universidade e não ao contrário, sendo que a principal captação de verbas são públicas ou da própria comunidade através de cursos pagos. Assim as FDP são entidades parasitas e corruptas (vide caso Thimoty/Finatec/Funsaude e vários outros Brasil a fora) por isso seu fim é desejável e necessário, portanto, é necessário que todas as verbas sejam geridas por fundação pública sob controle dos estudantes, professores e funcionários, e uma luta para o aumento das verbas que não sejam para banqueiros ou parlamentares.

c) Novo ENEM: instrumento de intensificação da exclusão

O modelo proposto pelo governo representa uma intensificação dos pressupostos meritocráticos e da ideologia do Capital Humano e das competências. Agora o aluno terá opção de escolher diversos cursos e universidades de acordo com o ranking feito pelos índices do MEC a partir do SINAES-ENADE, porém a classificação se dará de acordo com as notas do ENEM. Assim, os melhores alunos – as melhores notas - do Exame se concentrarão em algumas poucas universidades e o governo concentrará investimentos em alguns centros de excelências de pesquisa, já beneficiado pela avaliação do SINAES sendo que algumas outras universidades já periféricas se encontrarão ainda mais marginalizadas ainda. O governo federal através do Ministro da Educação, Fernando Haddad, com apoio da União Nacional dos Estudantes, controlada e burocratizada pelos pelegos da UJS/PCdoB, adotaram a máxima dos nazistas e dos capitalistas de que uma mentira repetida várias vezes vira verdade. Assim eles fazem quando afirmam que atual *Reforma Universitária* está democratizando a universidade. Na verdade o ministro e a UNE anunciaram a substituição do processo seletivo descentralizado nas universidades públicas pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) com algumas mudanças. O modelo é inspirado no processo seletivo americano, o Scholastic Assessment Test (SAT), e não eliminará o processo seletivo excludente que é a marca do vestibular. O modelo proposto pelo governo representa uma intensificação dos pressupostos meritocráticos e da ideologia do Capital Humano e das competências. Agora o aluno terá opção de escolher diversos cursos e universidades de acordo com o ranking feito pelos índices do MEC a partir do SINAES-ENADE, porém a classificação se dará de acordo com as notas do

ENEM. Assim, os melhores alunos – as melhores notas - do Exame se concentrarão em algumas poucas universidades e o governo concentrará investimentos em alguns centros de excelências de pesquisa, já beneficiado pela avaliação do SINAES. O novo sistema consegue a proeza de ser mais excludente. Novamente os jovens das favelas e periferias e filhos dos trabalhadores estarão fora, a sua entrada no “ensino superior” será através do PROUNI para estudar-consumir em uma Universidade Shopping-Center. Eis a farsa. Para garantir que as universidades aproveem o Novo Vestibular o governo acena com uma prática comum no Senado e na Câmara: suborno, mensalão, jabá, etc. Assim faz Haddad: aproveem o ENEM e terão mais verbas para assistência estudantil. A Secretaria da Juventude do Ministério, a UNE, agradece. *Criar comitês de luta em cada cursinho pré-vestibular e curso universitário para mobilizar e lutar pelo acesso livre é uma necessidade atual da luta contra a velha inimiga dos estudantes, a Reforma da Educação.*

d) Ensino Médio Inovador: precarizar o ensino e criar mão de obra barata para a burguesia

O Ministro da Educação de Lula/PT, Fernando Haddad, já apresentou o projeto de reforma no Ensino Médio, o qual foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O EMI, entre outras medidas, substituirá as 12 disciplinas tradicionais por quatro grandes eixos temáticos, são eles: trabalho, ciência, tecnologia e cultura; similares aos cobrados no Enem. Tal agrupamento em grandes blocos de disciplinas é tratado pelo MEC como “interdisciplinaridade”, no entanto representará uma diluição das especificidades de cada disciplina, tornando o aprendizado genérico e abstrato. O eixo trabalho, por exemplo, bastante enfatizado no Documento Orientador do MEC, evidencia a postura neoliberal do governo ao firmar um compromisso com o mercado de trabalho, valorizando o tecnicismo em detrimento da formação humana. Isso representa uma contradição entre os interesses dos capitalistas e dos secundaristas e docentes do ensino médio. Na Portaria Nº 971 do MEC, que institui o EMI, vemos esta evidencia quando é previsto a existência de articulação e parceria das redes de ensino público com o chamado “Sistema S” (como SESC, SENAC, SESI, SENAI etc.) – organizações empresariais cujo objetivo é treinar e qualificar mão-de-obra de acordo com a demanda do comércio e da indústria.

e) Barrar a regulamentação das profissões

Estamos passando agora também por um processo de regulamentação da profissão de diversas categorias. Na Pedagogia, por exemplo, já está tramitando na Câmara Federal sem nenhum debate nas bases da comunidade acadêmica, tratando-se de um processo antidemocrático e excludente. A regulamentação em outros cursos causou diversos problemas, como na Educação Física, com a criação de conselhos fiscais que cobram impostos e não trazem nenhum benefício para os profissionais. No caso de cursos como Pedagogia, essa regulamentação abre a possibilidade de acabar com os educadores populares, exigindo diploma de quem não tem ao invés de se criarem mais cursos de graduação.

f) Pelo Passe-livre/Livre Acesso

A bandeira do Passe-Livre estudantil, assim como a bandeira do Livre-Acesso, foi dita em outros momentos por vários setores reformistas de que não dialogava, por ser uma bandeira de médio-longo prazo, no entanto esta bandeira mobilizou milhares de estudantes por todo o Brasil nos anos recentes. Em Fortaleza, em 2004, cerca de 6.000 estudantes destruíram a prefeitura e incendiaram carros da AMC como forma de protesto. Alguns universitários de hoje são dessa geração secundarista combativa que empunhava a bandeira do Passe-Livre. A bandeira do Livre-Acesso a Universidade dialoga principalmente com os estudantes secundaristas de escolas públicas, excluídos em sua maioria de cursarem cursos superiores, devido ao limitadíssimo número de vagas nas universidades públicas brasileiras. *Bandeiras de médio-longo prazo como a do Livre-Acesso*

atreladas a bandeiras de curto prazo como a recusa do ENEM, é a melhor tática para garantir a ligação das lutas de hoje e amanhã e sua ligação estratégica. A estratégia em reivindicar unicamente bandeiras imediatistas como a "revogação do Ad Referendum" desatrelada da bandeira do Livre-Acesso tal, como o atual DCE propôs, está em acordo com a política de parlamentarismo estudantil que esse setor desempenha, que sem perspectiva de continuidade das lutas, participa dessas com o exclusivo propósito de palanque eleitoral.

g) Lutar pelo Voto Universal é lutar por democracia na universidade

O CONSUNI, é o símbolo do autoritarismo da universidade, é lá onde são tomadas todas as decisões da universidade, formada por um punhado de conselheiros onde a maioria são chefes de departamentos da universidade e fazem o jogo do reitor (este por sua vez capacho do governo). Foi lá onde foi aprovado o REUNI em 2007, sem o menor debate, com os estudantes completamente alheios ao processo. Democracia só existirá na UFC quando colocarmos fim ao *CONSUNI*, *somente quando todos os estudantes, professores e servidores puderem votar livremente em todas as instâncias da universidade, poderemos ser realmente democráticos. Defendemos o voto universal, uma pessoa um voto, como modelo decisório para universidade em contraposição ao ultra-burocrático CONSUNI, para que absurdos como o AD Referendum possam ter fim.*

Notas:

1 Esse modelo de capitalismo se estruturou a partir da década de 1920, no centro, e depois na periferia, como a América Latina. O capitalismo monopolista de Estado era uma inovação histórica, ele apresentava de forma sistemática ao Estado a tarefa de coordenar e intervir diretamente na economia capitalista.

2 As burguesias que tentaram implementar políticas nacionalistas na América Latina sempre tiveram de oscilar entre o discurso de defesa e proteção dos trabalhadores e sua lealdade ao capital/imperialismo. Isso aconteceu, por exemplo, com Getúlio Vargas no Brasil e o Juan Peron na Argentina. A ilusão de um capitalismo nacional aos moldes europeus se desfez sob as ditaduras.

3 Ele é baseado em três eixos: a) precarizar o trabalho, aumentando a intensidade e o número de funções de um trabalhador; b) criar formas de "colaboração" e participação dos trabalhadores na empresa, transformando os sindicatos por exemplo em "escolas" de diretores de empresa; c) repressão, através de demissões e perseguição cotidiana.

4 Ele provocou mudanças na estrutura de classes e políticas: a) aumentou o peso dos trabalhadores precarizados e marginalizados (que nos países periféricos como o Brasil, já era grande anteriormente); atualmente, o número de desempregados e trabalhadores na informalidade supera os na formalidade; b) difundiu uma onda de reformas neoliberais em governos pelo mundo, que cortaram os já reduzidos direitos trabalhistas e previdenciários existentes; c) aumentou a exploração e comprimiu os salários em setores que antes eram protegidos (como determinadas categorias do serviço público); d) aumentou a força dos bancos e do capital financeiro que passaram a comandar as políticas econômicas em escala global. e) acentuou a concentração de capitais, formando-se ultra-monopólios em escala global, as grandes corporações.

5 sítio Contas Abertas, 23/04/2010

6 sítio da Assembleia Legislativa – CE, 25/06/2008

7 site do ANDES-SN